



portalbenews.com.br



INSIGHT Rodrigo Paiva alerta que melhora na espera em Santos esconde saturação do porto ► **p3**

OPINIÃO Beto Umbuzeiro: eficiência logística precisa ser medida pelo resultado para o cliente ► **p16**



Cássio Lyra



Antaq projeta quatro novos leilões para terminais de contêineres

Diretor-geral Frederico Dias apresentou a carteira durante o Congresso de Direito Marítimo e Portuário, em Santos, e estimou ganho de 6,5 milhões de TEU ► **p12**

Divulgação



ENTREVISTA EXCLUSIVA

“Em nossas reuniões aqui na China, houve muito interesse no Tecon Santos 10”

Em entrevista exclusiva ao BE News, direto da China, ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, fala sobre o “apetite” do país asiático por investimentos no Brasil ► p10

Divulgação



Biografia revisita trajetória de Fábio Mello Fontes ► p14

INFRAESTRUTURA MPor leva ao Banco do Brics projetos de portos, aeroportos e hidrovias ► **p9**

RODOVIAS Ecovias entregará projeto da 3ª pista da Imigrantes nas próximas semanas ► **p14**

MINERAÇÃO Exposibram homenageia nomes que marcaram a mineração brasileira ► **p17**

EDITORIAL

O anúncio do diretor-geral

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, anunciou nessa quarta-feira, dia 26, no X Congresso de Direito Marítimo e Portuário, em Santos (SP), a carteira mais relevante de leilões de terminais de contêineres desde 2013: quatro projetos — Tecon Santos 10, ITJ01 em Itajaí (SC), SSB01 em São Sebastião (SP) e MUC04 em Fortaleza (CE) — com uma capacidade operacional combinada de 6,5 milhões de TEU ao ano e um potencial de ampliar em 42% a capacidade atual dos portos organizados brasileiros, que está em 15,5 milhões de TEU anuais. O Brasil não realiza um leilão específico de terminais de contêineres desde 2016, dez anos de lacuna numa matriz logística em que o comércio exterior cresce de forma consistente e a capacidade portuária enfrenta pressão crescente. A retomada dessa agenda é um avanço real. A execução no prazo anunciado é o teste que importa.

O Tecon Santos 10 concentra a maior parcela da expansão. A unidade poderá operar 3,5 milhões de TEU ao ano, o que elevará em mais de 50% a capacidade de movimentação de contêineres do maior porto do hemisfério sul, com investimento estimado em R\$ 5,64 bilhões. O BE News acompanha o percurso desse projeto desde o primeiro editorial do empreendimento, passando pelo impasse entre a Antaq e o Palácio do Planalto sobre o modelo do leilão, o acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que restringiu a participação de armadores e concessionários já instalados em Santos, a nota técnica da Casa Civil propondo flexibilização dessas restrições, a nova suspensão do processo e a irritação do Planalto com essa condução. Que o diretor-geral da Antaq declare, agora, que o STS10 será levado a leilão em 2027 é uma sinalização importante, mas que só tem valor se vier acompanhada da decisão definitiva sobre o modelo de concessão que o processo ainda não produziu. Anunciar 2027 sem resolver o impasse de 2026 é deslocar o problema no tempo.

Os outros três terminais merecem análise própria. O de Itajaí, o ITJ01, formalizará o arrendamento definitivo de área hoje operada pela JBS Terminais por contrato transitório. É o projeto de maior maturidade institucional da carteira e deve ser o mais rápido de ser licitado. A área já opera e a principal pendência é a transição de um regime provisório para um contrato regular com obrigações de investimento definidas. O de São Sebastião, o SSB01, será um terminal multipropósito com foco em contêineres. A unidade, se conectada adequadamente ao sistema viário do litoral norte paulista, pode absorver parte da pressão sobre Santos e criar uma rota alternativa para importações e exportações do interior do estado. O projeto de Fortaleza, o MUC04, é voltado à movimentação e armazenagem de cargas containerizadas, sendo o terminal com maior impacto regional: Pecém já é referência de inovação logística no Nordeste, e um terminal de contêineres modernizado no Porto de Fortaleza reforçará a posição da região como alternativa ao eixo Santos-Paranaguá para as exportações nordestinas.

A carteira anunciada pela Antaq precisa ser lida com distinção clara entre o que foi decidido e o que foi sinalizado. Os quatro projetos foram apresentados como previsão para “a partir de 2027”, não como licitações com edital publicado, data de leilão confirmada e TCU devidamente consultado. Para que o cronograma seja cumprido, cada um desses projetos precisará, nos próximos meses, percorrer as etapas de aprovação regulatória, análise jurídica e eventual consulta à Corte de Contas, que o setor conhece como fontes recorrentes de atraso. O caso do STS10 é o exemplo mais didático disponível: anos de processo, um acórdão do TCU, uma nota técnica da Casa Civil e um impasse que ainda não foi resolvido publicamente. Que o diretor-geral da Antaq anuncie 2027 é encorajador. Que a agência e o Ministério de Portos e Aeroportos produzam, nas próximas semanas, um cronograma público com as etapas restantes de cada projeto e as datas-alvo de publicação de edital é o que transformará o anúncio em compromisso verificável.

A ausência de leilões de terminais de contêineres no País desde 2016 tem um custo já conhecido. Nesses dez anos, o Brasil expandiu seu comércio exterior sem adicionar capacidade de contêineres nos portos organizados. O resultado é a pressão crescente sobre terminais existentes, o desvio de parte das cargas para terminais privados de uso exclusivo, que cresceram no vácuo deixado pelos arrendamentos públicos, e a concentração de demanda em Santos que ameaça a competitividade logística da Nação. Os 6,5 milhões de TEU anunciados não chegam cedo demais. Eles vêm depois de uma lacuna que não deveria ter existido. Que cheguem, ao menos, no prazo que o diretor-geral prometeu.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE

11 Portos terão quatro novos leilões de contêineres a partir de 2027, diz Antaq

EDITORIAL

2 “O anúncio do diretor-geral”

INSIGHT

3 “A miragem de 2025: por que o alívio em Santos engana e o relógio corre contra o Porto”, por Rodrigo Paiva

HUB

5 Alcolumbre quer pautar política de minerais críticos na próxima semana

POLÍTICA

5 Lula apresenta ações contra Renan e Caiado
6 Empresa para qual Flávio emitiu R\$ 1 milhão em notas é dissolvida
Tarcísio vê caso Dark Horse esclarecido
7 Renan defende bomba atômica para o país e guerra contra o crime
8 Governo e Congresso se entendem e acertam a pauta de votações

INFRAESTRUTURA

9 MPor leva ao Banco do Brics projetos de portos, aeroportos e hidrovias

TRANSPORTES | PORTOS

10 Entrevista exclusiva com o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca:
“Em nossas reuniões aqui na China, houve muito interesse no Tecon Santos 10”
13 Setor portuário debate segurança jurídica e expansão da infraestrutura

TRANSPORTES | RODOVIAS

14 Ecovias entregará projeto da 3ª pista da Imigrantes nas próximas semanas

TRANSPORTES | NAVEGAÇÃO

15 Biografia revisita trajetória de Fábio Mello Fontes

LOGÍSTICA | OPINIÃO

16 “O cliente não compra movimentação. Compra solução”, por Beto Umbuzeiro

MINERAÇÃO

17 Exposíbram homenageia nomes que marcaram a mineração brasileira
18 Brasil quer usar minerais críticos para ganhar espaço sem aderir à disputa global

FINANÇAS

19 Com deflação em agosto, IPCA-15 acumulado volta ao teto da meta
Dólar tem leve alta e volta a R\$ 5,15

JUSTIÇA

20 Fux manda TJBA renovar contrato com BRB para gestão de depósitos
Flávio tenta manter vídeo de Lulinha

21 Entidades sugerem ao STF fim das férias de 60 dias para juízes

JUSTIÇA | OPINIÃO

22 “A negociação coletiva como instrumento de governança nas relações de trabalho”, por Thiago Benito Robles

INTERNACIONAL

23 Internacional: 1832 Colômbia tem tremor de magnitude 4,9
24 Meta faz acordo de US\$ 18 bi em ação por vício em redes sociais
Irã aciona ONU contra os EUA



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editora-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design - Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br





RODRIGO PAIVA

Diretor da consultoria Graf Infra Consulting e professor do MBA de Gestão Portuária da Fundação Getúlio Vargas.

opinioao@portalbenews.com.br

GESTÃO

A miragem de 2025: por que o alívio em Santos engana e o relógio corre contra o Porto

O tempo de espera caiu, os recordes se sucedem e há quem comemore. Os números contam outra história: um porto saturado recebendo mais navios do que nunca, perdendo o transbordo para os vizinhos e correndo para um esgotamento que nem o Tecon 10 vai evitar.

Quem olha apenas para um indicador pode se apaixonar pelo retrato errado. Em 2025, o tempo médio de espera para atracar no Porto de Santos (SP) caiu de 36 para 27 horas, e não faltou quem lesse ali o sinal de que o pior havia passado. Não passou. A queda é real, mas a explicação está longe de ser tranquilizadora — e o quadro que emerge quando se cruzam todos os dados do Estatístico Aquaviário da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) é o mais alarmante da história recente do maior porto da América Latina. Santos não está se recuperando. Santos está sendo engolido pelo próprio sucesso.

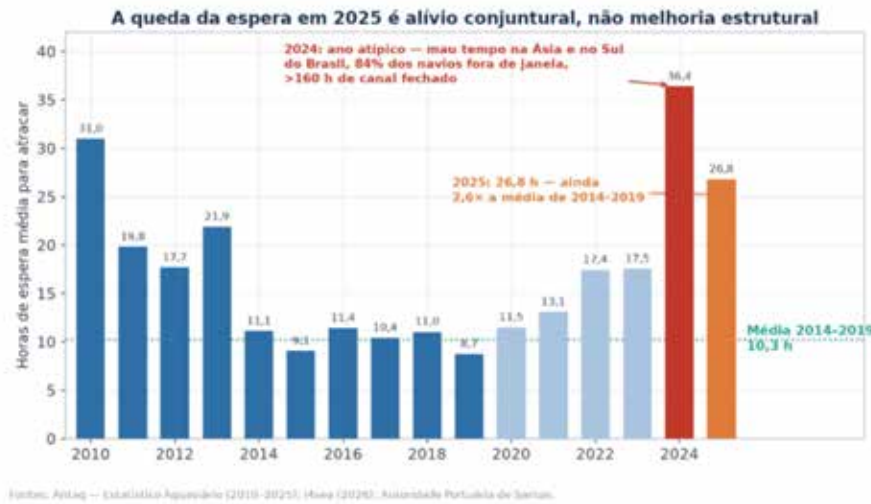
É uma história que merece ser contada com calma, porque dela depende boa parte da competitividade do comércio exterior brasileiro. Por Santos passam quase 40% das cargas containerizadas do País e três em cada quatro sacas de café exportadas. Quando esse porto espirra, a balança comercial inteira fica resfriada. E o diagnóstico, hoje, não é de espirro: é de pneumonia anunciada.

Começemos pelo óbvio, que a rotina de recordes ajuda a esconder. Em 2025, Santos movimentou 5,19 milhões de TEU, 96% da capacidade que os operadores declaram possuir. Desde 2024, uma leva de novos serviços de longo curso ligando o Brasil à Ásia, operados por CMA CGM, Maersk, Zim, ONE e HMM, como o SEAS 3, lançado em abril de 2025 com onze navios, em parceria CMA CGM–Maersk, passou a escalar Santos com frequência semanal. O resultado já aparece nos números: em 2025, o Porto recebeu cerca de 4.283 atracações de navios de contêiner, o maior contingente da série histórica, 8% acima do ano anterior. Mais navios, mais pressão sobre os mesmos berços especializados.

É aqui que a leitura desatenta se engana. A espera de 2024, recorde em 36 horas, foi inflada por uma conjunção rara: episódios severos de mau tempo na Ásia, que desorganizaram

as cadeias de escalas, e na costa Sul do Brasil, que fecharam o canal santista por mais de 160 horas ao longo do ano, só por nevoeiro. Com os navios chegando fora da janela de atracação, 84% das embarcações atrasaram e a fila explodiu. Em 2025, o clima normalizou, as janelas voltaram a ser cumpridas e a espera recuou para 27 horas. Alívio? Apenas aritmética. O nível atual segue sendo 2,6 vezes a média de 10 horas observada entre 2014 e 2019, e a tendência de longo prazo permanece de alta estatisticamente significativa: quase duas horas a mais de espera por ano desde 2014. Comemorar 2025 é como celebrar a febre que baixou de 40 para 39 graus num paciente cuja temperatura normal é 36,5.

Há ainda um detalhe que a média esconde: a espera não é um custo abstrato. Cada dia de navio parado custa fretamento, combustível e tripulação e, em 2024, a conta de demurrage paga pelos embarcadores brasileiros foi estimada em R\$ 775 milhões. É dinheiro que não compra um metro de cais, um guindaste ou um pátio: compra apenas o direito de esperar.



O transbordo está votando com os pés

O sinal mais preocupante, porém, não está na fila, mas sim na carteira de negócios. A consignação média, o volume de

INSIGHT

CONTINUAÇÃO DO TEXTO DA PÁGINA 3

EM INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA, QUEM ESPERA O GARGALO APARECER PARA AGIR JÁ CHEGOU TARDE. EM SANTOS, O GARGALO NÃO SÓ APARECEU: ESTÁ ANCORADO NA BARRA, ESPERANDO HÁ 27 HORAS PARA ATRACAR

TEU que cada navio despeja ou embarca em Santos, estagnou e começou a ceder: de 1.237 TEU por navio em 2021 para 1.213 em 2025. A explicação tem nome e endereço. Desde 2024, os armadores vêm deslocando o transbordo, a carga de maior valor agregado, que chega nos navios-mãe e segue em feeders para outros destinos, para Rio de Janeiro, Rio Grande e Navegantes. Os números dos concorrentes escancaram a migração: o complexo do Rio de Janeiro saltou de 636 mil para 1,11 milhão de TEU em dois anos, alta de 75%. Santos recebe mais navios do que nunca, mas desloca o transbordo. Não é falta de demanda, é falta de capacidade para atendê-la.

A conta que o Tecon 10 não pagará

Diante disso, a tentação é depositar todas as fichas no Tecon Santos 10. O terminal é indispensável e seu leilão, adiado oito vezes desde 2022, precisa acontecer. Mas é preciso encarar a matemática sem anestesia: mesmo com o novo terminal em operação plena a partir de 2034, a demanda, projetada a partir do realizado de 2025, ultrapassa esse teto entre 2042 e 2049, conforme o ritmo de crescimento. Dentro do próprio contrato de 25 anos que está sendo licitado, Santos voltará a precisar de mais um terminal. E isso antes de contabilizar os efeitos da própria saturação: cada ano de fila na barra empurra mais transbordo e mais carga de longo curso para os concorrentes, num círculo vicioso que encolhe a participação de Santos no mercado — já caíram 12 pontos percentuais desde 2010 — e desloca investimentos para outras praças.

Note-se a ironia do desenho atual: os mesmos armadores que disputam palmo a palmo o direito de investir bilhões no novo terminal são os que hoje desviam transbordo de Santos por falta de janela confiável. O mercado está dizendo, ao mesmo tempo, que quer entrar e que não consegue operar. Não há contradição — há escassez. E escassez, em logística, se resolve com capacidade, não com discurso.

Acelerar é a única opção

O quadro, portanto, é este: um porto operando a 96% de sua capacidade operacional, recebendo um fluxo recorde

de navios asiáticos, com espera quase três vezes acima do regime normal, perdendo o transbordo para três concorrentes e cuja única expansão relevante em vista não resolve o horizonte contratual. Nenhum desses fatos é opinião; todos estão nas séries oficiais da Antaq e nos anúncios públicos dos próprios armadores e terminais. A conclusão que se impõe não é pessimismo, é planejamento. O Brasil precisa licitar o Tecon 10 já, destravar os investimentos privados autorizados e represados, acelerar as expansões dos terminais existentes e começar agora a estruturação da próxima área de contêineres da Baixada Santista. Em infraestrutura portuária, quem espera o gargalo aparecer para agir já chegou tarde. Em Santos, o gargalo não só apareceu: está ancorado na barra, esperando há 27 horas para atracar.

A boa notícia, para encerrar, é que o remédio é conhecido e o paciente tem pressa. A DP World acaba de aprovar R\$ 1,6 bilhão para ampliar seu terminal em 25% até 2028; a ICTSI investirá R\$ 948 milhões no Rio; e há R\$ 36,8 bilhões em terminais privados autorizados no país aguardando apenas o destravamento de licenças para sair do papel. O capital existe, a demanda existe e a engenharia existe. O que não pode existir é mais uma década de espera, nem na barra de Santos, nem nas gavetas onde os projetos dormem.

Observação: Os dados operacionais citados derivam das séries do Estatístico Aquaviário da Antaq (2010–2025) e do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Tecon Santos 10 (Infra S.A./Antaq, Rev02, data-base julho/2024), compilados em relatório técnico da consultoria. As informações de mercado sobre novos serviços, janelas de atracação e rotas de transbordo refletem o acompanhamento setorial da consultoria e fontes públicas referenciadas.



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnewscom.br

Minerais na pauta

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, pretende colocar na pauta da Casa, na próxima semana, a proposta que cria uma política nacional para minerais críticos e estratégicos. O anúncio foi feito após almoço com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, no Palácio da Alvorada. O tema ganhou peso diante do interesse internacional pelas reservas brasileiras.

Textos em disputa

Alcolumbre reconheceu que há divergências internas sobre o caminho a seguir. A Câmara já aprovou uma proposta, enquanto outra tramita no Senado. “Em relação às terras raras e minerais críticos, que a Câmara já deliberou, nós temos outro projeto tramitando no Senado Federal, que trata do mesmo assunto. Então, há interesses divergentes de senadores”, declarou.

Negociação

Antes da votação, Alcolumbre quer abrir uma rodada de negociação com os senadores interessados em alterar o texto. A ideia é tentar construir um acordo sobre os pontos de maior resistência. “Quero me comprometer que esta matéria estará pautada na semana que vem, e nós vamos fazer um esforço com todos os colegas senadores que desejam fazer algum tipo de alteração em relação a este assunto. Sentar numa mesa, discutir o que é possível e o que não é possível.”

Margem Equatorial

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que a Margem Equatorial poderá se tornar a maior região produtora de petróleo da história do Brasil. A declaração foi feita durante a Exposibram 2026, em Belo Horizonte (MG). Segundo ele, a nova fronteira poderá superar, em produção, o atual protagonismo do Rio de Janeiro.

Geração de empregos

Silveira também associou o avanço da produção na Margem Equatorial à geração de empregos nas próximas décadas. “Daqui a 20 anos espero geração abundante de petróleo, gerando novos empregos na região”, disse o ministro. A projeção foi feita em referência ao potencial de expansão da atividade petrolífera na área.

Lula apresenta ações contra Renan e Caiado

Presidente aciona o TSE por falas difamatórias de seus adversários durante debate de domingo, na Band

Renato Pizzutto / Band



Renan Santos (Missão) atacou o presidente Lula e o chamou de “bêbado” e “ladrão”, entre outros xingamentos

Estadão Conteúdo

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) protocolou duas ações contra os candidatos Renan Santos (Missão) e Ronaldo Caiado (PSD) nesta quarta-feira, 26, por causa de falas dos dois candidatos durante o debate promovido pela Band e pelo Estadão no domingo, 23. Lula faltou ao debate.

Caiado tentou associar Lula às investigações em andamento na Polícia Federal contra seu filho Fábio Luís Lula da Silva e o ex-chefe de gabinete Marco Aurélio Santana Ribeiro por suposto tráfico de influência. Também buscou igualar o caso com a apuração contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pelo financiamento do filme “Dark Horse”.

“O escândalo do filme Dark Horse, amplamente

divulgado pela mídia, não guarda qualquer tipo de vínculo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não obstante, o representado utiliza-se de um trocadilho para criar uma falsa associação e, consequentemente, confundir o eleitorado”, disse a equipe jurídica na peça.

Renan atacou o presidente e o chamou de “bêbado” e “ladrão”, entre outros xingamentos. No mesmo debate, o candidato sugeriu que Lula teria companhias melhores do que a da primeira-dama Janja da Silva. Depois, a primeira-dama divulgou nota repudiando as falas, que defende serem um ato de misoginia.

“Inequívoca, assim, a manobra perpetrada pelo candidato e pelo partido político para, extrapola os limites do debate político legítimo, atingir a honra e a reputação de Luiz Inácio Lula da Silva na medida em que lhe foram dirigidas imputações, imputações essas depois replicadas nas redes sociais, que consistem em calúnia, em difamação e em injúria”, afir-

mou a equipe de Lula.

A campanha do petista pede que conteúdos feitos pelas equipes de Caiado e Renan com base nos vídeos do debate sejam tirados do ar. Também cobra que os dois candidatos sejam multados em R\$ 30 mil por esses conteúdos.

Renan reitera declarações

Em nota à imprensa, Renan Santos reitera as declarações do candidato e diz se tratarem de “críticas políticas dirigidas a figuras públicas e à atuação do atual governo, plenamente inseridas no debate eleitoral”.

“Quem não tem altivez para suportar críticas não deveria disputar a Presidência da República, ou, no mínimo, deveria ter coragem para comparecer aos debates e defender a própria honra”, diz, ao enfatizar que o presidencialista continuará a manter as declarações que vêm sendo feitas.

A equipe de Caiado ainda não se manifestou publicamente sobre as ações protocoladas pela campanha de Lula no TSE.

POLÍTICA

Empresa para qual Flávio emitia R\$ 1 milhão em notas é dissolvida

Senador alegou ter prestado “serviços advocatícios” à consultoria Copenhagen, investigada pela Polícia Federal por suspeita de ocultação de patrimônio no caso Master

Estadão Conteúdo

A consultoria Copenhagen, empresa para a qual Flávio Bolsonaro (PL-RJ) emitiu R\$ 1 milhão em notas fiscais e cancelou, entrou em liquidação. A informação consta em ata de assembleia geral extraordinária que descreve a dissolução voluntária da companhia e foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) em 17 de agosto.

Segundo o documento, publicado pelo Metrôpoles e que o Estadão teve acesso, a decisão foi tomada em 28 de julho, com aprovação unânime do único acionista da companhia: a Estônia Multiestratégia.

A reportagem acionou o e-mail indicado na Receita Federal como responsável pela Copenhagen, mas não recebeu resposta até a publicação desta reportagem.

A assembleia ocorreu quatro dias depois do Estadão visitar o endereço informado à Receita Federal pela

Copenhagen e constatar que a empresa não funcionava no local.

A consultoria estaria sediada em endereço de São Caetano do Sul (SP). No local, porém, a reportagem descobriu outra firma funcionando: a Contábil Corrêa, que pertence ao mesmo dono da Copenhagen, o empresário Rogério Lourenço Novo.

A ata também mostra que o próprio Rogério Novo foi nomeado liquidante da empresa, com poderes para conduzir “o regular andamento da liquidação”.

Rogério, aliás, concentrou também as funções de presidir e secretariar a assembleia que ocorreu, segundo a ata, no endereço onde só existe a Contábil Corrêa.

A Copenhagen é investigada pela Polícia Federal (PF) por suspeita de ocultação de patrimônio no caso Master.

Intervenção

Segundo o Metrôpoles, a empresa recebeu R\$ 58 milhões do banco de Daniel

Vorcaro, hoje sob intervenção do Banco Central. Do total, R\$ 11,2 milhões teriam sido repassados apenas alguns dias depois da abertura da Copenhagen, em novembro de 2024. A movimentação está no centro das suspeitas de ocultação de patrimônio investigadas pela Polícia Federal.

Documentos revelados pelo Metrôpoles e confirmados pelo Estadão mos-

tram que o senador chegou a faturar R\$ 1 milhão em serviços prestados à Copenhagen. O valor foi cancelado posteriormente. Além disso, foi emitida uma nota separada de R\$ 500 mil em nome da Contábil Corrêa, a outra empresa de Rogério Lourenço Novo.

Quando o caso foi revelado, o senador Flávio Bolsonaro publicou vídeo nas redes sociais afirmando ter

prestado “serviços advocatícios” à Contábil Corrêa de maneira lícita e dentro da esfera privada.

A gestora Trustee, administradora do fundo Estônia Multiestratégia, afirmou não integrar o quadro societário nem ter qualquer ingerência na gestão da empresa. É um contato da gestora, porém, que aparece na Receita Federal como o “endereço eletrônico” da Copenhagen.

Reprodução / TV Globo



Além das notas canceladas, Flávio emitia outra separada de R\$ 500 mil em nome da Contábil Corrêa, empresa do mesmo dono da Copenhagen

Tarcísio vê caso Dark Horse esclarecido

Para o governador, explicações de Flávio sobre pedido de dinheiro a Vorcaro foram suficientes

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta quarta-feira, 26, considerar suficientes as explicações dadas pelo candidato a presidente da República pelo PL, Flávio Bolsonaro, sobre o pedido para que o banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, financiasse o

filme Dark Horse.

Questionado durante coletiva de imprensa, Tarcísio disse entender que o assunto está esclarecido, desde que não surjam novos fatos. “Acho que ele já deu explicações. Se nenhum fato novo aparecer, eu acho que está tudo esclarecido”, disse o governador candidato à reeleição.

Na mesma resposta, Tarcísio direcionou críticas ao governo do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Acho que tem

muita gente aí que precisa dar esclarecimentos. Você vê os escândalos de corrupção que estão assolando o governo federal”, afirmou.

Outro trecho politicamente relevante da coletiva veio quando Tarcísio falou da disputa presidencial. O governador afirmou apostar no crescimento de Flávio Bolsonaro em São Paulo e disse acreditar que o Estado pode ser decisivo para uma virada na eleição.

“Eu aposto também num crescimento dele e aposto

que o Estado de São Paulo vai ser decisivo para uma virada”, afirmou Tarcísio.

Haddad retruca

O candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, rebateu a declaração de Tarcísio de Freitas. “Tá tudo explicado. O que ele quer? Abafar a investigação da Polícia Federal?”, afirmou em entrevista ao portal de notícias Assiscity, em Assis.

O petista questionou se o governador estaria

tentando encerrar o assunto antes da conclusão das investigações.

“Aquele telefonema do Vorcaro tá explicado? Os R\$ 61 milhões que o Vorcaro botou de dinheiro público, roubado de fundo de pensão, para financiar um filme vagabundo, tá explicado? Como explicaram as rachadinhas, como explicaram a compra de 50 imóveis com dinheiro vivo, como explicaram a mansão, tá tudo explicado? Não tem nada explicado”, afirmou.

Renan defende bomba atômica para o país e guerra contra o crime

Se for eleito presidente, candidato do Missão pretende desenvolver arma nuclear para o Brasil, adotar estado de exceção em favelas e fazer nova reforma da Previdência

Reprodução / TV Globo

Da Redação
Estadão Conteúdo

O candidato à presidência da República pelo Missão, Renan Santos, voltou a defender que o Brasil desenvolva bombas atômicas. Durante entrevista nesta quarta-feira, 26, à TV Globo, o presidenciável disse que “ter armas nucleares é uma forma de defender sua própria soberania”.

“No futuro, se o Brasil quiser ser uma das cinco maiores nações do mundo, ele vai precisar ter soberania, soberania sob seu próprio território, soberania militar e vai ter que discutir ter bombas atômicas”, disse.

Em um cenário que o mundo vive sob ameaça justamente por conta dos arsenais nucleares e organismos internacionais se mobilizam para controlar esses programas, Renan Santos defendeu a saída do Brasil do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

O único país que fez isso até hoje foi a Coreia do Norte. “Por mais que seja um regime que eu considero opressivo e que eu não respeite, pelo menos ele é respeitado internacionalmente. É uma forma de defender a sua própria soberania”, afirmou.

E prosseguiu: “Eu não preciso de um estudo científico para determinar que uma nação tem que ter força política para se proteger de outras nações. Eu posso trazer apenas dados da realidade. A realidade é muito clara: as nações mais poderosas do mundo dispõem



Renan Santos também disse que não vai respeitar as decisões do Supremo Tribunal Federal que considerar ilegais

de armas nucleares e elas se fazem respeitadas por causa disso”

Crime organizado

Renan Santos também defendeu uma guerra contra o crime organizado. “O que eu defendo é a criação e a declaração de uma guerra contra o crime organizado. É a aceitação de uma realidade que já é verdadeira para os brasileiros. Precisamos de uma guerra contra eles, esse é o primeiro ponto”, disse.

Ele voltou a defender uma mudança na legislação para aumento de penas e leis mais duras contra o crime organizado, com o objetivo de reocupar o território junto com as forças policiais e atingir a soberania nacional.

O candidato afirmou que irá adotar muitos elementos que foram adotados em El Salvador, citando como exemplo um regime de exceção em favelas.

“Muitos elementos que foram adotados em El Salvador, e muitos, de maneira muito similar, vão ser adota-

dos por mim”, disse. Como exemplo, ele citou o enfrentamento ao crime usando “regime especial” em áreas dominadas pelo crime e denúncias anônimas. “Vai ter um regime de exceção em favelas para eu retomar a favela”, continuou.

“Se você mora numa favela, o crime organizado manda em você, pode te desalojar da tua casa, pode eventualmente se interessar de maneira sexual pela tua filha e você não tem como se defender. A vida num país que está em guerra é uma vida triste. Hoje quase 40 milhões de brasileiros vivem direta ou indiretamente sob a influência do crime”, argumentou.

Renan também reafirmou que, sob seu governo, haveria um banho de sangue no combate à criminalidade. “O sangue que tem que jorrar é o do bandido. Eu acho que as pessoas no Brasil [...] estão implorando para que a gente faça justiça contra essas figuras terríveis, esses demônios que estão matando a gente. E cabe ao presidente da República liderar

as pessoas nessa guerra”.

STF

O candidato à presidência também disse que não vai “sair desrespeitando” todas as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), mas voltou a defender que apenas aquelas decisões consideradas “ilegais” não devem ser cumpridas.

“Não é que eu falei que vou sair desrespeitando todas as decisões do STF, que isso é um absurdo”, afirmou. Entretanto, ele defendeu que decisões que forem consideradas “ilegais” são uma exceção. “Qualquer cidadão, diante de uma decisão ilegal, ele pode não cumprir. Na verdade, ele tem o dever de não cumprir Decisão ilegal não se cumprir”, concluiu.

Dívida pública e Previdência

Renan Santos afirmou que as medidas que adotará caso seja eleito irão deixar a dívida pública estável, além disso, voltou a defender o

cutte de gastos como uma das principais medidas para o problema fiscal do País.

Ao ser questionado sobre o comprometimento do seu governo com a redução da dívida pública, o candidato respondeu que “as medidas que nós vamos adotar, no mínimo, vão deixar ela (dívida pública) estável”, disse. Como exemplo, ele citou que isso seria feito com corte de gastos e aumento do PIB. Além disso, ele mencionou que vai “desindexar desvinculações do piso da educação e da saúde, até porque hoje eles estão irracionais e estão quebrando pequenos municípios”, afirmou.

Em seguida, ele afirmou que será necessário fazer outra reforma da Previdência. “Todas essas medidas vão evitar a aceleração e o resto é o corte de gasto que nós vamos fazer. Só que a beleza dos cortes de gastos é que eles estarão vinculados ao investimento em infraestrutura, que é uma coisa que o Brasil está precisando para poder voltar a crescer”, disse.

POLÍTICA

Governo e Congresso se entendem e acertam a pauta de votações

Entre os temas definidos para a semana que vem estão as PECs do fim da escala de trabalho 6x1 e da Segurança Pública, além do fim da chamada 'taxa das blusinhas'

Ricardo Stuckert

Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertou com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pauta de votação para o esforço concentrado do Congresso Nacional marcado para a próxima semana.

O martelo foi batido após um almoço no Palácio da Alvorada, a convite de Lula. Os temas definidos foram a votação das propostas de emenda à Constituição (PECs) do fim da escala de trabalho 6x1 e da Segurança Pública; o fim da chamada taxa das blusinhas; a votação do projeto de minerais críticos; e a votação do projeto Redata, que facilita a construção de data centers no país.

O presidente comemorou o acordo e disse que o entendimento do esforço concentrado, marcado para a semana de 31 de agosto a 4 de setembro, foca nas pautas prioritárias para a sociedade brasileira.

"O que é importante que a gente tenha a dimensão do que é prioritário, e votar essas coisas que vocês vão colocar na pauta é uma prioridade do povo brasileiro", ressaltou Lula ao final do almoço.

Câmara e Senado

Pelo entendimento, a Câmara dos Deputados vai designar o presidente da comissão mista que vai tratar da Medida Provisória (MP)



Davi Alcolumbre, Lula e Hugo Motta se reuniram nesta quarta-feira e fecharam a agenda de votações da semana que vem

1357/26, que acaba com a taxa das blusinhas. O texto suspende a cobrança do imposto federal de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50.

"A MP vence no meio de setembro. É uma vitória não apenas das pessoas que compram nessas plataformas. Muitas indústrias brasileiras fornecem por essas plataformas produtos que são vendidos por empresas brasileiras. É uma medida que será importante para nossa economia", disse Motta.

Já o Senado, além de designar o relator da MP da taxa das blusinhas, também terá que deliberar sobre a PEC 221/19, do fim da escala 6 x 1; a PEC 18/25, da Segurança Pública; o Projeto de Lei (PL) 278/26, que estabelece o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata); e o PL 2780/24, que estabelece a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

"Se o Senado votar a PEC da Segurança Pública, eu vou imediatamente criar

o Ministério da Segurança e discutir o orçamento, para que a gente possa, definitivamente, pactuar com estados e municípios o tipo de segurança que a gente vai querer nesse país", adiantou o presidente da República.

Lula chamou atenção ainda para a votação do Redata e do PL que trata dos minerais críticos, classificando-as como delicadas.

"Já tem muita gente estrangeira comprando aquilo que ainda nem regulamos. Essa riqueza é do Brasil e temos de garantir que se transforme em uma coisa que faça o povo brasileiro sonhar", afirmou o presidente, que acrescentou ainda haver, no caso do Redata, a expectativa de que os investimentos cheguem a R\$ 500 bilhões.

Agendas importantes

O presidente do Senado também comemorou o resultado do almoço e descreveu que foi uma conversa, do ponto de vista institucio-

nal, sobre as agendas de país que precisam da deliberação e discussão do Congresso.

"A nossa relação, com o Hugo Motta, com o senhor, enquanto presidente do Brasil, tem dado muitos frutos positivos ao povo brasileiro. Temos a capacidade, com a compreensão do tamanho das nossas responsabilidades, de darmos as soluções aos problemas que a sociedade espera de nós, sem pensarmos em filiação partidária ou posição ideológica".

Tramitação acelerada

Alcolumbre prometeu que as PECs do fim da Escala 6x1 e da Segurança Pública terão suas relatorias apresentadas antes do início das votações do esforço. O presidente do Senado prevê ainda que a votação da PEC da Segurança vai esclarecer as atribuições dos municípios, estados e da União sobre o tema.

O presidente do Senado prometeu ainda que a MP que trata do fim da taxa

das blusinhas, o Redata e o projeto de minerais críticos e terras raras terão sua tramitação acelerada, com previsão de votação na próxima semana.

"Na semana que vem, no tempo curto do esforço concentrado, vamos encaminhar essa matéria (fim da taxa das blusinhas) para que o senhor presidente possa sancionar".

Prioridade

Sobre o projeto que trata da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, Alcolumbre disse que, apesar de existir um projeto semelhante tramitando no Senado, ele dará prioridade ao texto encaminhado pelo Executivo e já aprovado na Câmara.

"É o governo brasileiro quem sabe o que está passando hoje, inclusive em alguns estados do Brasil, de outros países estarem vindo comprar as nossas riquezas, já que não temos uma legislação clara para nos proteger", afirmou.

INFRAESTRUTURA

MPor leva ao Banco do Brics projetos de portos, aeroportos e hidrovias

Ministério apresentará propostas ao NDB para avaliar financiamentos em condições mais favoráveis e ampliar investimentos em infraestrutura no Brasil

Estadão Conteúdo

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, avançou nesta quarta-feira (26), em Xangai, nas discussões sobre novas formas de financiamento para projetos brasileiros de infraestrutura. Durante reunião com a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Dilma Rousseff, ficou encaminhado que o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) apresentará ao Banco do Brics propostas de projetos nas áreas de portos, aeroportos e hidrovias, que possam ser analisadas para financiamento em condições mais favoráveis.

A discussão ocorreu no terceiro dia da missão oficial do MPor à China e a Singapura, iniciada na segunda-feira (24). Ao longo da viagem, o ministro tem apresentado a empresas e instituições estrangeiras projetos de infraestrutura em desenvolvimento no Brasil e buscado ampliar a cooperação internacional nos setores de transportes.

A possibilidade de ampliar o acesso a fontes de financiamento também foi discutida em reuniões realizadas ao longo desta quarta-feira com empresas chinesas dos setores portuário e de construção. Representantes das companhias relataram dificuldades para financiar projetos no Brasil, com custos superiores aos encontrados no mercado chinês.

Para Tomé Franca, a possibilidade de acesso a novas fontes de finan-

ciamento pode ampliar a participação de empresas brasileiras e de outros países do Brics em projetos de infraestrutura. “A possibilidade de utilizar recursos financiados pelo NDB pode viabilizar novos investimentos para empresas dos países do Brics, incluindo as brasileiras”, afirmou o ministro.

O NDB, também conhecido como Banco do Brics, é uma instituição financeira multilateral, criada em 2014, por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Atualmente, o bloco é formado por 11 países, incluindo Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. O banco pode apoiar projetos públicos e privados por meio de instrumentos como empréstimos, garantias e participações acionárias.

Novas oportunidades

Antes da reunião com Dilma Rousseff, o ministro se

reuniu com representantes da Hutchison Ports e da Shanghai Dredging Company (SDC), empresas com atuação internacional nos setores portuário e de engenharia marítima.

A Hutchison Ports apresentou interesse em participar de oportunidades de investimento no setor portuário brasileiro. A empresa opera atualmente em 53 portos de 24 países e movimentou 90,1 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) em 2025.

Já a SDC, especializada em engenharia marítima e dragagem, discutiu oportunidades relacionadas a canais de acesso portuário e hidrovias. A empresa atua no Brasil em serviços de manutenção, dragagem e logística e demonstrou interesse na carteira de projetos apresentada pelo MPor.

As agendas desta quarta-feira (26), acompanhadas pela Embaixada do Brasil na China, deram con-

tinuidade à programação da missão em Xangai. Em Pequim, na segunda-feira (24), Tomé Franca apresentou projetos brasileiros a empresas como a Corporação Estatal de Engenharia de Construção da China (CSCEC), a Corporação de Construção e Comunicação da China (CCCC) e a China Merchants Port Holdings. Na terça-feira (25), a agenda teve como destaque a reunião com a Administração da Aviação Civil da China (CAAC) e a discussão sobre a ampliação da conectividade aérea entre os dois países.

Tecnologia portuária

Ainda nesta quarta-feira, Tomé Franca visitou o Porto de Baoshan, em Xangai, onde conheceu soluções de automação aplicadas à movimentação de cargas. A estrutura usa veículos autônomos para o transporte de contêineres e sistemas que permitem o controle remoto de equipamentos.

Durante a visita, o ministro conheceu também um simulador usado para treinamento e operação remota de equipamentos portuários. A tecnologia permite que atividades como movimentação e empilhamento de contêineres sejam acompanhadas e controladas a distância.

A visita permitiu conhecer soluções que podem servir de referência para a modernização e o aumento da eficiência das operações portuárias brasileiras.

Próximas agendas

A missão do MPor segue nesta quinta-feira (27), ainda em Xangai, com reunião com representantes da Cosco Shipping, uma das principais empresas globais de transporte marítimo e logística portuária. Na sequência, o ministro embarca para Singapura, onde terá novas agendas voltadas à cooperação internacional e à infraestrutura de transportes.

Divulgação



Durante reunião com a presidente do NDB, Dilma Rousseff, ficou encaminhado que o MPor apresentará ao Banco do Brics propostas nas áreas de portos, aeroportos e hidrovias

“Em nossas reuniões aqui na China, houve muito interesse no Tecon Santos 10”

Entrevista com **Tomé Franca**, ministro de Portos e Aeroportos

Divulgação

“
TEMOS
PERCEBIDO
O QUANTO
O MUNDO
ESTÁ ATENTO
AO QUE ESTÁ
ACONTECENDO
NO BRASIL,
A ESSE CICLO
DE INVESTIMENTOS
DO BRASIL”



LEOPOLDO FIGUEIREDO
leopoldo.figueiredo@redenenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, encerrou a primeira parte de sua missão internacional à Ásia, onde se reuniu com empresários e autoridades da China, na madrugada desta quinta-feira (tarde de quinta-feira no horário de Pequim). E uma grande conclusão já está clara: as principais corporações chinesas têm um grande interesse na concessão do Tecon Santos 10, megaterminal de contêineres e

carga geral de R\$ 5,6 bilhões a ser implantado no Porto de Santos (SP) e que terá condições de movimentar até 3,5 milhões de TEU (quando totalmente instalado). O ministro fez um balanço dessa parte inicial de sua viagem em entrevista exclusiva ao BE News no final da noite de ontem (manhã de quinta no Extremo Oriente), horas antes de partir para Singapura, onde sua agenda na Ásia será encerrada. Para Franca, ficou claro o interesse chinês pelas oportunidades de investimento no Brasil, tanto em aeroportos como nos portos. E esse “apetite” ficou evidente em relação ao Tecon Santos 10, mesmo que as regras para a sua conces-

são ainda estejam sendo definidas pelo Governo Federal - que promete ter seu edital pronto ainda este ano. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista com o ministro Tomé Franca.

Ministro, nesses primeiros dias da sua missão na Ásia, o sr. se reuniu com empresários e autoridades da China. E as principais pautas foram as oportunidades de investimento no setor de infraestrutura do Brasil. Quais os maiores interesses dos executivos e das autoridades chinesas? Quais os projetos brasileiros que mais chamaram a atenção?

Hoje (quinta-feira, dia 27), nós estamos iniciando o quarto dia da nossa missão. Já passamos da metade da nossa programação aqui na China. E hoje, vamos seguir para Singapura e, na sexta-feira, retornar para o Brasil. Nesses dias, temos falado muito que o Brasil tem vivido esse grande ciclo de investimentos em infraestrutura. E isso tem ocorrido muito em função da parceria com o setor privado e com o capital estrangeiro. Enquanto Governo, enquanto Ministério de Portos e Aeroportos, eu posso preparar bons projetos, modelar bons projetos que gerem apetite no mercado, para que a gente possa ter competitividade durante o processo de concessão. E aqui, temos percebido o quanto o mundo está atento ao que está acontecendo no Brasil, a esse ciclo de investimentos do Brasil, aos projetos que nós estamos apresentando.

Qual o tipo de projeto que mais tem despertado o interesse dos empresários da China? As concessões de terminais ou aquisições de instalações já implantadas?

A missão tem como objetivo apresentar o que nós estamos estruturando para o final de 2026 e para o próximo ciclo, a partir de 2027. Estamos preparando projetos de longo prazo e queremos apresentar isso para o mundo. Nesses dias, na China, presenciei interesses diversos: de grandes construtoras que desejam participar da construção dessa infraestrutura, de operadores que operam terminais de contêiner, de granéis sólidos vegetais. Eles têm interesse em participar dos arrendamentos. Também apresentamos



TRANSPORTES | Portos > Entrevista

CONTINUAÇÃO DA ENTREVISTA DA PÁGINA 10

o programa Ampliar, que vai levar investimentos de infraestrutura para os aeroportos regionais. Nós já temos 13 aeroportos regionais do primeiro leilão. E há mais para ofertar. Aí existe um conjunto grande de investimentos em infraestrutura aeroportuária que vai atrair grandes construtoras. Ao apresentarmos essas possibilidades para o mundo, percebemos muito apetite para investimento no Brasil. Isso é um sinal de que estamos no caminho certo, que os projetos estão sendo bem modelados e que nós teremos a consolidação de um novo ciclo de investimentos em infraestrutura no nosso País.

Em relação a esse “apetite”, ministro, houve algum projeto que despertou um maior interesse?

Tivemos uma reação positiva em relação a diversos projetos. Nós nos reunimos aqui, por exemplo, com a

CSCEC (Corporação Estatal de Engenharia de Construção da China) e a CCCC (Corporação de Construção e Comunicação da China), que são grandes construtores globais. A CCCC já está no consórcio, junto com a Mota-Engil, para a construção do túnel de Santos (Túnel Santos-Guarujá, sob o canal de navegação do porto). A CSCEC ficou interessada nos investimentos de infraestrutura, tanto no setor portuário quanto no setor aeroportuário. Por isso, nós apresentamos os projetos envolvidos no programa Ampliar, que podem alcançar até 31 aeroportos a partir desse ano. Também estivemos com a China Merchants, a Cofco, a Hutchison Ports, que são empresas importantes que atuam aqui, que têm sede aqui na China, em Xangai ou em Hong Kong. Falamos com eles sobre os modelos de arrendamento e as possibilidades de

investimento em terminais de uso privado. A China Merchants já atua (no Brasil) com terminais de contêineres. Estão em Paranaguá (PR) e no Porto do Açu (RJ) e manifestaram interesse nos projetos de terminais de contêiner que nós temos pela frente, até com o Tecon Santos 10 (em Santos), desejando informações sobre esses projetos. A Cofco, que é um grupo do setor de alimentos, de processamento, com terminal de armazenamento agrícola, também teve muito interesse em terminais.

O sr. citou o interesse de empresas chinesas no Tecon Santos 10, hoje o maior projeto de concessão portuária do Ministério de Portos e Aeroportos. Houve um cobrança sobre o modelo de concessão e como será o leilão, aspectos que ainda estão sendo definidos?

Sem dúvida alguma, o mercado está atento a esse projeto, que é o maior projeto da nossa carteira e que está chegando, agora, em seus encaminhamentos finais. Tivemos interessados, sim, na modelagem que será adotada pelo poder concedente nesse processo. Aí as opiniões foram diversas, a depender de quem é o player e de como ele atua no mercado. Cada um teve interesse em uma modelagem específica. Com base nisso, o que a gente conclui é que, independente de como será o projeto, de como será modelado, nós teremos competição. Em nossas reuniões aqui na China, houve muito interesse no Tecon Santos 10.

Quais foram as posições apresentadas ao sr. sobre o Tecon Santos 10? Houve quem apoiasse e quem criticasse a proposta de restrições aos participantes do leilão?

Sim, tivemos posições bem diferentes, a depender de como a empresa atua no mercado. Se é um player que atua como armador, ele tem um posicionamento. Se não é um armador e quer entrar na operação do Porto de Santos, tem uma posição diferente. O que a gente pode concluir é que, no final, independentemente do modelo (de concessão) e do grau de restrição a serem adotados, nós teremos competição (no leilão do terminal). Há um grande interesse do mercado, porque esse projeto é, de fato, muito importante, tanto para o Porto de Santos como para a infraestrutura brasileira. E eu diria mais: ele é muito importante para a logística global, pela importância que o Porto de Santos tem, com conexões com o mundo inteiro. Então, qualquer que seja o modelo (de concessão) a ser adotado pelo Governo, teremos um grande competição pelo Tecon Santos 10.

CALENDÁRIO
BRASIL EXPORT
2026

BRASIL EXPORT

FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

✓ 5 DE MARÇO

Pernambuco Export
Recife, PE

✓ 19 E 20 MARÇO

Norte Export
Manaus, AM

✓ 9 E 10 ABRIL

Bahia Export
Salvador, BA

✓ 13 ABRIL

Brasil Tech Export
São Paulo - SP

✓ 23 ABRIL

Meeting Brasil-Japão
São Paulo, SP

✓ 27 E 28 ABRIL

Rio de Janeiro Export
Rio de Janeiro, RJ

✓ 14 E 15 MAIO

Mercosul Export
Buenos Aires, Argentina

✓ 28 E 29 MAIO

Santos Export
Guarujá, SP

✓ 8 E 9 JUNHO

Nordeste Export
Maceió, AL

✓ 23 E 24 JULHO

Centro-Oeste Export
Rio Verde, GO

✓ 13 E 14 AGOSTO

Sudeste Export
Vitória, ES

✓ 17 E 18 SETEMBRO

Sul Export
Foz do Iguaçu, PR

6 A 8 OUTUBRO

Fórum Nacional Brasil Export
Infraestrutura | Minas e Energia
Brasília, DF

1 A 6 NOVEMBRO

Missão Internacional do Brasil Export
Japão

PRÓXIMO EVENTO

Discutindo ideias e apontando caminhos, no Brasil e no mundo.

www.forumbrasilexport.com.br

GRUPO

BRASIL
EXPORT

TRANSPORTES | Portos

Portos terão quatro novos leilões de contêineres a partir de 2027, diz Antaq

Tecon Santos 10, principal projeto da carteira, deverá ser leiloado no próximo ano e prevê R\$ 5,64 bilhões em investimentos

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) prevê a realização, a partir de 2027, de quatro leilões para novos terminais de contêineres nos portos organizados. Entre os projetos está o Tecon Santos 10, megaterminal projetado para o Porto de Santos (SP), que deverá ser levado a leilão no próximo ano, segundo o diretor-geral da agência, Frederico Dias.

A declaração foi feita nesta quarta-feira (26), durante a 10ª edição do Congresso de Direito Marítimo e Portuário, realizado em Santos. Ao apresentar a carteira de arrendamentos da Antaq em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos, Dias afirmou que os quatro projetos representam uma retomada dos leilões voltados à movimentação de contêineres no país.

“Ficamos há anos sem realizar leilões de contêineres e agora teremos quatro, talvez não para este ano, mas para os próximos anos”, afirmou o diretor-geral.

Além do Tecon Santos 10, a carteira inclui o ITJ01, no Porto de Itajaí (SC); o SSB01, no Porto de São Sebastião (SP); e o MUC04, no Porto de Fortaleza (CE).

O projeto de Itajaí prevê o arrendamento definitivo da área atualmente operada pela JBS Terminais por meio de contrato transitório. Em São Sebastião, o empreendimento será um terminal multipropósito, com infraestrutura voltada principal-



Cássio Lyra

“Ficamos há anos sem realizar leilões de contêineres e agora teremos quatro, talvez não para este ano, mas para os próximos anos”, disse Frederico Dias, diretor-geral da Antaq

mente à movimentação de contêineres. Já em Fortaleza, o MUC04 será destinado à movimentação e armazenagem de cargas containerizadas.

Expansão da capacidade

Segundo Dias, os quatro terminais poderão acrescentar 6,5 milhões de TEU à capacidade nacional quando estiverem operando plenamente. Atualmente, os por-

tos organizados brasileiros possuem capacidade estimada em 15,5 milhões de TEU. “Hoje, temos capacidade de 15,5 milhões de TEU de capacidade, e com esses quatro terminais, operando a todo vapor, vamos acrescentar 6,5 milhões de TEU”, afirmou.

O Tecon Santos 10 representa a maior parcela dessa expansão. O terminal foi projetado para movimentar 3,5 milhões de TEU por

ano, o que poderá elevar em mais de 50% a capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos. O empreendimento tem investimento estimado em R\$ 5,64 bilhões e é considerado um dos principais projetos de expansão da infraestrutura portuária brasileira.

Retomada dos leilões

Os novos projetos também marcam a retomada dos lei-

lões de arrendamentos portuários voltados especificamente à movimentação de contêineres. Segundo a Antaq, o Governo Federal não realiza uma licitação desse tipo desde 2016.

No Porto de Santos, o último leilão para uma área destinada à operação de contêineres ocorreu em 2013, na margem direita do complexo. O espaço é atualmente ocupado pelo Brasil Terminal Portuário (BTP).

Cássio Lyra



O Tecon Santos 10 foi projetado para movimentar 3,5 milhões de TEU por ano, o que poderá elevar em mais de 50% a capacidade de movimentação de contêineres do porto

Setor portuário debate segurança jurídica e expansão da infraestrutura

Evento em Santos reuniu autoridades, empresas e representantes do Judiciário para discutir regulação, acessos e cabotagem

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebenews.com.br

A busca por maior segurança jurídica e a necessidade de ampliar a infraestrutura portuária estiveram entre os principais temas discutidos nesta quarta-feira (26), durante o 10º Congresso de Direito Marítimo e Portuário, em Santos (SP). Promovido pela Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM), o evento reuniu representantes do Governo Federal, Judiciário, empresas e entidades do setor para discutir legislação, regulação e os desafios para a expansão das operações portuárias.

A modernização da legislação portuária brasileira foi um dos destaques da programação. O debate abordou a necessidade de ampliar a segurança jurídica para os investimentos privados e discutiu iniciativas voltadas à melhoria da infraestrutura, entre elas o

projeto de concessão dos canais de acesso aos portos.

A agenda regulatória da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para o período de 2025 a 2028 também esteve entre os assuntos debatidos. O painel contou com a participação do diretor-geral da agência, Frederico Dias, e tratou dos desafios para o setor portuário e aquaviário, com destaque para cabotagem, infraestrutura e expansão da capacidade de movimentação de contêineres.

Durante a programação, representantes do setor também discutiram os impactos da descarbonização e da Década do Transporte Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), prevista para o período de 2026 a 2036. As transformações nas relações de trabalho provocadas pelo avanço tecnológico nos portos também entraram na pauta, no painel “Portos 4.0 e Direito do Trabalho”.

O congresso também abordou a ampliação da infraestrutura de acesso

“
TEMOS UM TEMA
TRANSVERSAL,
QUE É A SEGURANÇA
JURÍDICA. ISSO
DIZ RESPEITO
À MODERNIZAÇÃO
DA LEGISLAÇÃO
PORTUÁRIA,
À AGENDA
REGULATÓRIA,
À ESTABILIDADE
DAS REGRAS E
ÀS ADEQUAÇÕES
DE REGRAS ANTIGAS
EM RAZÃO DA
DINÂMICA ATUAL
DAS OPERAÇÕES”

MARCELO SAMMARCO
vice-presidente da ABPM

à Baixada Santista. O diretor-superintendente da Ecovias-Imigrantes, Ronald Marangon, apresentou atualizações sobre o projeto da terceira pista da Rodovia

dos Imigrantes.

Segundo o vice-presidente da ABDM, Marcelo Sammarco, o empreendimento desperta interesse entre moradores da Baixada Santista e empresas ligadas ao Porto de Santos. Ele também destacou a segurança jurídica como tema transversal aos diferentes painéis do congresso.

“Como pano de fundo, na grande maioria dos painéis, nós temos um tema transversal, que é a segurança jurídica. Isso diz respeito à modernização da legislação portuária, à agenda regulatória, à estabilidade das regras e às adequações de regras antigas em razão da dinâmica atual das operações”, afirmou.

Acessos ao Porto
de Santos

Já a concessão dos acessos ao Porto de Santos será tema de um painel específico na quinta-feira (27), último dia do congresso. O debate contará com a participação do presidente da Autoridade Portuária

de Santos (APS), Anderson Pomini, representantes da Antaq e da Infra S.A., além de executivos de empresas e entidades do setor.

Entre os participantes estão Claudio Oliveira, CEO da Brasil Terminal Portuário (BTP); Fabio Siccherino, CEO da DP World Brasil; Antonio Carlos Sepúlveda, CEO da Santos Brasil; Ricardo Molitzas, diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp); e Flavio da Rocha Costa, diretor da Eldorado Brasil Celulose.

A programação também prevê discussões sobre processos marítimos, métodos alternativos de solução de disputas, procedimentos aduaneiros e os impactos das mudanças sobre as operações portuárias.

O encerramento terá palestra do ministro Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), sobre segurança jurídica, desenvolvimento econômico, sustentabilidade e os desafios do novo sistema portuário brasileiro.

Cássio Lyra



O painel “Portos 4.0 e Direito do Trabalho” abordou a necessidade de ampliar a segurança jurídica para investimentos privados e iniciativas voltadas à melhoria da infraestrutura

TRANSPORTES | Rodovias

Ecovias entregará projeto da 3ª pista da Imigrantes nas próximas semanas

Agora, Governo de SP dará os próximos passos para viabilização da nova ligação rodoviária da Capital ao Porto de Santos

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenenews.com.br

A Ecovias-Imigrantes vai entregar ao Governo de São Paulo nas próximas semanas o projeto executivo referente ao projeto da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, nova ligação entre a Capital e o Porto de Santos (SP). Com isso, as próximas etapas partem do Governo Estadual, que vai definir a construção da nova rodovia e seus respectivos prazos.

A informação foi do diretor-superintendente da concessionária, Ronald Marangon, durante apresentação dos projetos rodoviários em desenvolvimento pela empresa, realizado na quarta-feira (26) no Congresso de Direito Marítimo e Portuário, promovido pela Associação Brasileira de Direito Marítimo (ABDM).

“Estamos concluindo a nossa obrigação perante a solicitação de estudos, projetos e licenciamento ambiental. Já temos a licença prévia da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) e vamos continuar trabalhando com a licença de instalação. Agora, o projeto acaba sendo do Governo de São Paulo, e aí, em conjunto com a Artesp, entenderão qual a melhor forma de viabilizar essa obra. Pretendemos entregar o projeto executivo nas próximas semanas”, revelou o executivo.

A terceira pista terá um total de 21,5 quilômetros, e será composta em sua maioria por túneis, incluindo um com extensão de 6 quilôme-



Ronald Marangon, diretor-superintendente da Ecovias-Imigrantes: “Estamos concluindo a nossa obrigação perante a solicitação de estudos, projetos e licenciamento ambiental”

tros – o maior deste tipo em rodovias no Brasil. A nova ligação terá início no km 43 da Rodovia dos Imigrantes, permitindo o acesso pelo Rodoanel Mário Covas (SP-021). O trecho fica próximo à pista de interligação da rodovia com a Via Anchieta. Já no trecho do litoral, a

conexão será no km 265 da Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055), próximo ao Polo Industrial de Cubatão.

A Ecovias aguarda sinalização do Governo Estadual se será responsável pela construção do empreendimento. A estimativa é que

as obras possam iniciar no ano que vem, com duração de cinco anos para sua conclusão.

“A Ecovias sempre demonstrou disposição para isso (construção da nova pista). A gente entende que toda experiência que adquirimos nesses 28 anos de

operação nos credenciam, como fizemos na segunda pista da Imigrantes. Isso traz muito mais velocidade e qualidade para todo conhecimento que a gente tem. Mas são trâmites do Estado que a gente estará conjuntamente tentando achar a melhor viabilidade para inclusão no contrato de concessão”, explicou Marangon.

Antigo pleito do setor portuário e da comunidade portuária de Santos, a terceira pista da Imigrantes teve seu traçado definido para facilitar o acesso de caminhões e demais veículos pesados aos terminais das duas margens do Porto de Santos (SP).

A capacidade do Sistema Anchieta-Imigrantes será ampliada em 145% na descida de veículos pesados para o Litoral. Com isso, o projeto vai atender não só à demanda de tráfego existente, mas também às necessidades futuras de aumento de fluxo na rodovia.



A terceira pista terá um 21,5 quilômetros, e será composta em sua maioria por túneis, incluindo um com extensão de 6 quilômetros, o maior deste tipo em rodovias no Brasil



TRANSPORTES | Navegação

Biografia revisita trajetória de Fábio Mello Fontes

Prático acompanhou a chegada de navios cada vez maiores a Santos e acumulou cerca de 30 mil manobras desde o início da carreira

Reprodução

JÚNIOR BATISTA
redacao.jornal@redebeneews.com.br

Quando entrou para a Praticagem de São Paulo, em 1969, Fábio Mello Fontes ainda precisava lidar com a desconfiança de comandantes que consideravam sua pouca idade incompatível com a responsabilidade de conduzir grandes navios. Quase seis décadas depois, ele continua em atividade e acompanhou uma transformação profunda no Porto de Santos, que passou de embarcações de pouco mais de 120 metros para navios de até 366 metros de comprimento.

Essa trajetória é contada no livro Fábio Mello Fontes, uma lenda dos Mares, que será lançado neste sábado (29), das 17h às 20h, na Pinacoteca Benedito Calixto, em Santos. A obra foi construída a partir de entrevistas com o biografado, familiares, amigos e práticos. A jornalista e colunista do BE News Ivani Cardoso é responsável pelos textos e pela edição da publicação ao lado da também jornalista Maria Fernanda Rodrigues. O design gráfico de Maria Luiza Rodrigues.

“A ideia partiu do jornalista Zé Rodrigues (que coordenou o projeto e é o pai de Maria Fernanda e Maria Luiza), com quem eu trabalho na assessoria da Praticagem de São Paulo. Acompanhamos muitas entrevistas do Fontes e sempre nos surpreendemos com as histórias que ele conta. A direção da Praticagem abraçou a proposta e deu certo”, conta Ivani.

“Acompanhamos muitas entrevistas do Fontes e sempre nos surpreendemos



Fontes estima ter realizado cerca de 30 mil manobras. O aumento das dimensões dos navios exigiu cursos e simulações no Brasil e no exterior para preparar os profissionais

com as histórias que ele conta. A direção da Praticagem abraçou a proposta e deu certo”, conta Ivani.

Segundo ela, Fontes inicialmente acreditava que sua trajetória não renderia uma biografia. “Ele tem uma vida intensa, passou por muitas aventuras na Marinha Mercante e como prático e é um homem apaixonado pelo mar e pelo que faz, tanto que continua em atividade”, afirma.

Quando Fontes começou na profissão, os navios que chegavam a Santos tinham, em média, entre 120 e 140 metros de comprimento. Os práticos não dispunham de rádios portáteis VHF e a comunicação com os rebocadores era feita por códigos sonoros. Fontes usava um apito de juiz de futebol para transmitir instruções ao rebocador da proa.

O calado máximo permitido para a entrada no porto durante as marés altas era de 9,40 metros. Atualmente, a Praticagem opera com navios de até 14,5 metros de calado e 366 metros de comprimento. “Certamente a tecnologia” foi a mudança que mais alterou a rotina da praticagem, afirma Fontes.

Hoje, sistemas permitem registrar informações sobre correntes, ventos e marés e acompanhar a movimentação das embarcações. Para Fontes, porém, a tecnologia não substitui a experiência profissional.

“Os equipamentos sofisticados colocam a Praticagem de São Paulo em primeiro plano no mundo. Registram as correntes, ventos e marés, mas são apenas ferramentas da Praticagem, que conta com a experiência e habilidade do prático para conduzir as manobras”, afirma.

Em mais de 50 anos na atividade, Fontes estima ter realizado cerca de 30 mil manobras. O aumento das dimensões dos navios também exigiu cursos e simulações no Brasil e no exterior para preparar os profissionais.

Bigode “provisório”

No início da carreira, Fontes foi designado como prático preferencial do navio Eugênio C, cujo comandante afirmava que um prático deveria ter “algum cabelo branco”. Fontes tinha cerca de 30 anos.

“Eu tinha que dizer firme para ele que tinha um certi-

lho”, brinca.
Além do porto

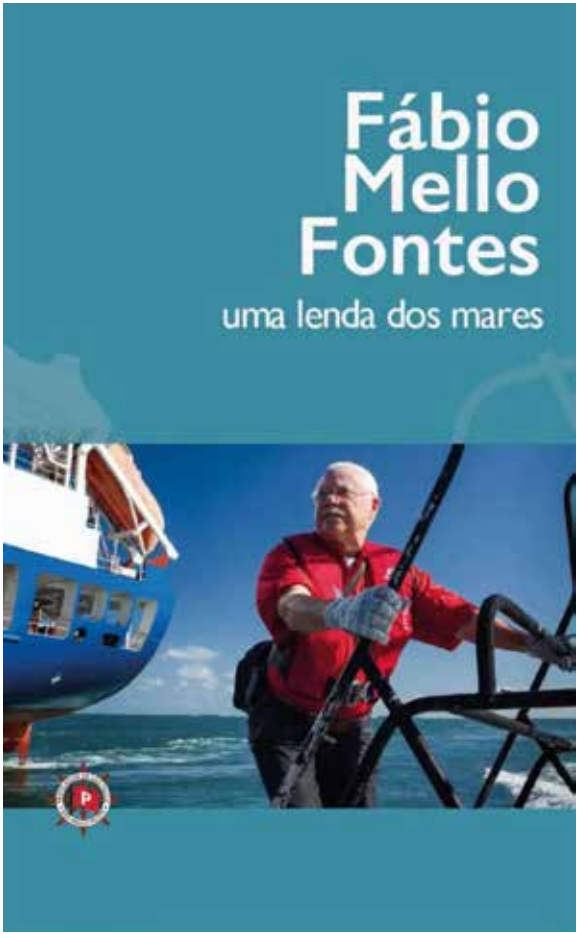
A biografia também aborda a vida familiar de Fontes e episódios como as viagens à Antártica a bordo do navio Professor Bernard. As perdas da esposa, Ed d’El-Rei Berbert Fontes, e de um dos filhos também aparecem na obra.

“A vida de um homem passa pelo lado profissional e pessoal. Minha família sempre foi prioridade e para ficar mais perto deles eu virei um prático”, diz ele.

Para Ivani, o livro registra não apenas uma trajetória pessoal, mas também parte da história da Praticagem e das transformações do Porto de Santos.

“Ele foi e continua sendo fiel à paixão pelo mar, que começou ainda pequeno ao ver os navios na Ponta da Praia, em Santos. Ele é um exemplo de como é importante seguir pela vida satisfeito e motivado com a profissão escolhida”, afirma Ivani.

Divulgação



LOGÍSTICA | Opinião



BETO UMBUZEIRO
Diretor comercial da Transbrasa

opinioao@portalbenews.com.br

► ESTRATÉGIA

O cliente não compra movimentação. Compra solução

Durante muito tempo, eficiência logística foi associada a números como quantidade de equipamentos, capacidade operacional, volume movimentado ou velocidade de processamento. São indicadores importantes, mas não são necessariamente aquilo que o cliente está comprando.

Quem contrata uma operação logística não quer, no fim das contas, saber quantos equipamentos estão disponíveis no pátio. Quer saber quanto tempo sua carga vai levar para chegar ao destino, **quanto vai custar e quão previsível será esse processo.**

Essa mudança de perspectiva é fundamental para entender o que significa eficiência no setor. Afinal, o cliente não compra movimentação. Compra solução.

Atualmente, uma solução logística precisa responder a três expectativas básicas. Uma delas é a rapidez. Rapidez porque tempo é custo. Uma carga parada significa capital imobilizado, estoque ocupando espaço e, dependendo da operação, equipamentos e veículos deixando de produzir. Quanto mais tempo uma mercadoria permanece em uma etapa que não agrega valor, maior tende a ser o custo de toda a cadeia.

Mas velocidade, sozinha, não resolve. Uma operação pode ser rápida em determinado momento e, ainda assim, ser ruim para o cliente se ele não souber quando sua carga estará disponível. É por isso que a previsibilidade, o segundo aspecto, ganhou tanto peso nas decisões logísticas.

Para uma indústria, um importador ou exportador, saber que determinada carga será liberada dentro de uma janela conhecida permite planejar produção, estoque, transporte e entrega. Isso reduz a necessidade de trabalhar com margens excessivas para compensar incertezas.

Na prática, muitas vezes vale mais uma operação que entrega consistentemente dentro do prazo do que outra que apresenta picos de velocidade, mas não consegue garantir regularidade. Fica claro que há uma diferença importante entre ser rápido e ser confiável.

O terceiro elemento é a segurança. E, aqui, não se trata apenas da integridade física da carga. Também significa reduzir riscos de

perdas, avarias, erros operacionais, interrupções e informações desconstruídas ao longo do processo — quanto mais previsível e controlada é uma operação, menor tende a ser a necessidade de o cliente criar mecanismos adicionais para se proteger contra imprevistos.

Isso muda a maneira como empresas de logística precisam medir seu próprio desempenho, pois não basta perguntar quantas cargas foram movimentadas ou quantas operações foram realizadas. É necessário entender quanto tempo o cliente ganhou, quantas incertezas foram eliminadas e quais riscos foram reduzidos.

Uma operação com grande capacidade instalada pode ter desempenho inferior ao de outra mais enxuta se não conseguir transformar seus recursos em resultados percebidos pelo cliente. Equipamentos são meios. Tecnologia é meio. Estrutura física é meio. Processos também são meios. O objetivo final é entregar uma operação mais eficiente para quem está do outro lado.

Essa lógica se torna ainda mais importante em cadeias logísticas cada vez mais integradas. Uma pequena ineficiência em uma etapa pode se transformar em atraso em outra. Um caminhão que espera mais do que o previsto altera sua programação. Uma carga que demora para ser liberada pode comprometer um embarque. Uma informação que chega tarde pode provocar decisões equivocadas.

O cliente percebe o resultado dessa cadeia, não cada uma de suas etapas isoladamente. Por isso, a discussão sobre produtividade logística precisa evoluir de uma lógica baseada, exclusivamente, em capacidade para uma apoiada em desempenho.

Ter mais capacidade é importante. Utilizá-la bem é fundamental. No final, o cliente não está interessado em quantos equipamentos foram mobilizados para movimentar sua carga. Ele quer que ela chegue ao lugar certo, no tempo combinado, com o menor risco possível e sem surpresas ao longo do caminho.

É aí que a logística deixa de ser apenas uma atividade operacional e passa a ser uma ferramenta de competitividade. Porque, para quem depende dela, uma boa operação não é aquela que, simplesmente, movimenta mais, mas a que resolve melhor.

Beto Umbuzeiro escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

NO FINAL, O CLIENTE NÃO ESTÁ INTERESSADO EM QUANTOS EQUIPAMENTOS FORAM MOBILIZADOS PARA MOVIMENTAR SUA CARGA. ELE QUER QUE ELA CHEGUE AO LUGAR CERTO, NO TEMPO COMBINADO, COM O MENOR RISCO POSSÍVEL E SEM SURPRESAS AO LONGO DO CAMINHO

Exposibram homenageia nomes que marcaram a mineração brasileira

Cerimônia de abertura reconheceu ex-dirigentes do Ibram, autoridades públicas, pesquisadores e lideranças com atuação relevante no desenvolvimento do setor mineral

Agência Minerá Brasil

Personalidades que tiveram participação relevante na história da mineração brasileira foram homenageadas durante a abertura da Exposibram 2026, que teve início na segunda-feira (24) e vai até quinta (27), em Belo Horizonte (MG). A cerimônia reconheceu ex-presidentes e conselheiros do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), autoridades públicas, pesquisadores, representantes das forças de segurança e lideranças do setor.

Entre as homenagens póstumas, Júlia Jungmann recebeu o reconhecimento em memória do ex-presidente do Ibram Raul Jungmann; Marcelo Mendo foi homenageado em memória do ex-presidente José Mendo; e Cássio Tunes recebeu a homenagem destinada à memória de Marcelo Tunes, ex-diretor do instituto.

O Ibram também reconheceu seus ex-presidentes Flávio Penido, José Fernando Coura, Paulo Camilo e Fernando Azevedo e Silva, além dos ex-presidentes do Conselho Diretor Wilson Brummer e Wilfred Bruijn.

Na área de políticas públicas, foram homenageados Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, ex-secretária de geologia mineração e transformação mineral; Vicente Lôbo, ex-secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; Carlos Nogueira Costa Junior, ex-secretário Nacional de Geologia, Mineração e



Entre as homenagens póstumas realizadas na cerimônia de abertura, Júlia Jungmann recebeu o reconhecimento em memória do ex-presidente do Ibram Raul Jungmann

Transformação Mineral; Pedro Paulo Dias e Alexandre Vidigal, ambos ex-secretários da mesma área. Também receberam reconhecimento Lília Mascarenhas Sant'Agostinho, diretora de Mineração da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo, e Elmer Prata Salomão, ex-diretor do Departamento Nacional de Produção

Mineral.

A cerimônia destacou ainda representantes das instituições de segurança e defesa civil: Rubens Fernandes de Oliveira, do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; Paulo Bermudes Rezende, coordenador estadual de Defesa Civil; Lucia Helena Pinto, comandante de batalhão da Polícia Militar; e Adriano Frutuoso da Cos-

ta, general comandante da 4ª Região Militar do Exército, representado por Ender Martins Fontoura, além de representantes da Defesa Civil.

Também foram reconhecidos nomes ligados à pesquisa, educação e ao desenvolvimento tecnológico do setor mineral, como a professora e ex-integrante do Ministério de Minas e

Energia Maria José Salum, representada por Roberta Gazzi Sallum; Silvia Cristina Alves França, diretora do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem); Maria Amélia Enriquez, professora da Universidade Federal do Pará; e William Freire, sócio fundador do escritório William Freire Advogados Associados.

Entre as lideranças de destaque internacional, foram homenageados Carlos Pena, presidente da Organização Latino-Americana de Mineração, e Rohitesh Dawan, presidente e diretor executivo do Conselho Internacional de Mineração e Metais (ICMM). A presidente do Conselho Diretor do Ibram, Ana Sanches, recebeu reconhecimento por sua liderança e atuação em favor de uma mineração mais segura, diversa e comprometida com a responsabilidade socioambiental.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também foi homenageado por suas contribuições para o setor de mineração no país.



Também receberam homenagens durante a cerimônia de abertura da Exposibram 2026 os ex-presidentes do Ibram, além de ex-presidentes do Conselho Diretor do instituto

MINERAÇÃO

Brasil quer usar minerais críticos para ganhar espaço sem aderir à disputa global

Governo aposta na diversificação de parceiros, atração de investimentos e agregação de valor para reposicionar o país nas cadeias internacionais de suprimento

Agência Minera Brasil

O Brasil pretende utilizar suas reservas de minerais críticos para se reposicionar nas cadeias globais de suprimento sem aderir à disputa entre as grandes potências pelo controle desses recursos. A estratégia passa pela diversificação de parceiros comerciais, atração de investimentos e agregação de valor à produção mineral brasileira.

A posição foi defendida por Pedro Guerra, chefe de gabinete do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, durante a Exposibram, em Belo Horizonte (MG).

Para Guerra, a mineração ganhou importância ainda maior para o governo diante da reorganização das cadeias globais e do papel assumido pelos minerais críticos na disputa econômica e geopolítica internacional.

“A gente vive num período bastante complexo. O mundo passa por profundas tensões, guerras, mas também com uma certa beligerância do comércio, com o uso, inclusive, dos próprios minerais críticos como um ativo de barganha.”

Nesse cenário, segundo ele, a orientação do governo é evitar que o Brasil fique condicionado a um único bloco ou parceiro.

“O Brasil, nós acreditamos — e o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin têm deixado isso muito claro —, tem que se manter distante desses conflitos. Esse é o primeiro pas-

so. O Brasil tem que buscar diversificar os seus parceiros, trazer credibilidade e objetividade.”

A estratégia ganha relevância diante da posição estratégica brasileira. Guerra citou as reservas de terras raras, grafite, lítio, ferro, cobre e ouro, além do esforço para ampliar a produção nacional de fertilizantes.

Para o governo, essa diversidade mineral pode permitir ao Brasil ocupar uma posição diferenciada na reorganização das cadeias internacionais.

A estratégia, segundo Guerra, não é estabelecer previamente parceiros preferenciais, mas ampliar as possibilidades de negócios.

“O nosso objetivo é desenvolver parcerias sem preconceitos, sempre com foco na geração de negócios, na visão de longo prazo. É por aí que o governo está caminhando.”

Política industrial

Mas o reposicionamen-

A ESTRATÉGIA PASSA PELA DIVERSIFICAÇÃO DE PARCEIROS COMERCIAIS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO MINERAL BRASILEIRA

to pretendido pelo governo não passa apenas pelo aumento das exportações minerais.

Um dos pontos centrais da manifestação de Guerra foi a necessidade de conectar mineração e política industrial para ampliar a parcela de valor gerada dentro do próprio país.

Segundo ele, a atividade mineral está presente, direta ou indiretamente, em todas as seis missões da Nova

Indústria Brasil, que envolvem agroindústria, saúde, infraestrutura, transformação digital, bioeconomia, descarbonização e defesa.

“Do agro, passando pela saúde, infraestrutura, transformação digital, até a bioeconomia e a defesa, a gente tem mineração em todas elas. Então, o esforço agora é desenvolver parcerias, aprimorar processos e atrair mais pessoas para a gente conseguir desenvolver essas cadeias.”

A visão defendida pelo governo coloca a mineração como infraestrutura básica para diferentes setores da nova economia, especialmente aqueles associados à transição energética e tecnológica.

Guerra afirmou que o governo está dando “um enfoque muito especial” à atividade mineral pelo peso do setor na geração de empregos, entrada de divisas e desenvolvimento econômico.

Mas destacou que o momento é de buscar uma

nova posição para o Brasil nas cadeias internacionais.

“Agora quer se reposicionar nas cadeias globais de suprimento como um parceiro estratégico, confiável, mas também como parceiro que contribui para o processo de descarbonização.”

Para isso, acrescentou, Estado e iniciativa privada precisarão atuar conjuntamente.

“O Brasil tem esses ativos e agora é nosso dever, como Estado, ajudar, em parceria com a iniciativa privada, a articular essas nossas capacidades.”

Fertilizantes

A redução da dependência externa de fertilizantes também está entre as prioridades.

Guerra reconheceu que a produção brasileira precisa superar desvantagens competitivas em relação ao produto importado e apontou três questões centrais: tributação e licenciamento ambiental.

“Para o fertilizante ter competitividade interna, ele tem que ter alguns fatores que ajudem a concorrer com os seus análogos importados. Precisamos ter uma isonomia tributária, precisamos ter gás mais barato, precisamos ter licenciamentos ambientais expeditos.”

Questionado sobre novos mecanismos de apoio ao setor, Guerra afirmou que existem limitações impostas pelo espaço fiscal, mas indicou que o governo estuda diferentes instrumentos. Segundo ele, os caminhos podem ser tributários, creditícios ou regulatórios.



Segundo o chefe de gabinete do vice-presidente, Geraldo Alckmin, Pedro Guerra, a orientação do governo é evitar que o Brasil fique condicionado a um único bloco ou parceiro

Com deflação em agosto, IPCA-15 acumulado volta ao teto da meta

Segundo dados do IBGE, o índice referente aos últimos 12 meses ficou em 4,24%. O resultado de agosto mostra recuo de 0,40% após a alta de 0,06% em julho

Divulgação

Estadão Conteúdo

Depois de três meses consecutivos acima do teto da meta de inflação perseguida pelo Banco Central, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) voltou, em agosto, no acumulado em 12 meses, para abaixo do limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O indicador mensal foi divulgado nesta quarta-feira, 26, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrando em agosto uma deflação de 0,40% ante alta de 0,06% em julho.

Em agosto, o IPCA-15 acumulado em 12 meses ficou em 4,24%, uma desaceleração ante a alta de 4,52% em julho. A meta de inflação no Brasil para 2026 é de 3%, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, podendo variar entre 1,5% e 4,5%.

Desde janeiro de 2025, em linha com a experiência internacional, a meta passou a se referir à inflação acumu-



O recuo do IPCA-15 registrado em agosto foi puxado principalmente, entre os itens, pela queda nas contas de luz, devido ao bônus de Itaipu

lada em 12 meses, apurada mês a mês, também conhecida como “meta contínua”. Todo mês, a inflação acumulada em 12 meses é comparada com a meta e seu intervalo de tolerância. Assim, a verificação não fica mais restrita ao mês de dezembro de cada ano.

O indicador, considerando uma prévia da inflação oficial, havia ficado acima do teto da meta em maio (4,64%), junho (4,8%) e julho (4,52%). O último registro

dentro do intervalo máximo estabelecido pelo BC havia sido em abril (4,37%).

No acumulado de 2026, o IPCA-15 apresentou alta de 3,09% até o mês de agosto, conforme o IBGE.

Marcas

A variação acumulada em 12 meses do IPCA-15 até agosto de 2026 é a menor desde março de 2026, quando o índice acumulado em 12 meses registrou alta de 3,90%.

Na análise mensal, o IPCA-15 de -0,40% em agosto de 2026 foi o menor desde agosto de 2022 (-0,73%).

Influências

O resultado de agosto de 2026 foi influenciado pelas quedas nos grupos Habitação (-1,41% e alívio de 0,22 ponto percentual), Transportes (-1,00% e alívio de 0,20 ponto percentual) e Alimentação e Bebidas (-0,57% e alívio de 0,12 ponto porcen-

tual), informou o IBGE.

A queda registrada no mês foi puxada principalmente, entre os itens, pela queda nas contas de luz, devido ao bônus de Itaipu.

Os preços da conta de luz caíram, em média, 6,25% em agosto devido à incorporação do abono nas faturas, informou o instituto O IBGE ressalta que, em agosto, continua em vigor a bandeira tarifária amarela, que adiciona R\$ 1,885 na conta de luz a cada 100 Kwh consumidos.

Ibovespa quebra sequência de quedas

Impulsionado por Petrobras, Vale e setor bancário, bolsa avança 0,90% (167,8 mil pontos)

Estadão Conteúdo

Acompanhando outros ativos de risco, o Ibovespa interrompeu nesta quarta-feira, 19, a maior sequência de quedas em três anos, pautado pelo aumento do fluxo global após a decisão do Tesouro dos Estados Unidos

de realizar pelo menos o dobro de recompras de títulos.

O anúncio aumenta a procura por títulos norte-americanos, puxando os preços para cima e as taxas para baixo. Isso estimula, em outra ponta, os investidores globais a procurar outros mercados de maior risco, caso dos emergentes.

No fim do dia, o Ibovespa se afastou das máximas na faixa dos 170 mil pontos, mas manteve o ritmo posi-

tivo, carregado pelas blue chips.

As ações mais líquidas da bolsa, como Petrobras, Vale e o setor bancário, fecharam com altas, impulsionando o índice aos 167 830,27 pontos, avanço de 0,90%, em dia de giro relativamente mais contido, ao redor de R\$ 18 bilhões.

“Quando você tem um anúncio como o do Tesouro da maior economia do mundo, onde os títulos estavam

garantindo uma rentabilidade acima da média dos últimos anos, isso faz o capital migrar, principalmente para os emergentes”, afirma Daniel Teles, sócio da Valor Investimentos. O EEM, maior ETF ligado a ações emergentes, subiu 1,16% no dia.

Gustavo Bertotti, head de renda variável da Fami Capital, afirma que a alta do dia está longe de representar uma reversão de tendência. Segundo ele, a continuidade

de do ambiente geopolítico desfavorável à tomada de risco, com os conflitos inacabados entre EUA e Irã no Oriente Médio, seguem determinantes para o fluxo estrangeiro para mercados mais arriscados.

A renda variável brasileira também continua sujeita ao futuro da política monetária e das decisões econômicas a partir do ano que vem no Brasil, após as eleições.

JUSTIÇA

Fux manda TJBA renovar contrato com BRB para gestão de depósitos

Segundo a decisão do ministro do STF, a migração da custódia dos valores em juízo pode causar um “impacto grave, imediato e substancial à instituição financeira”

Estadão Conteúdo

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) renove, por 90 dias, o contrato para a transferência de novos depósitos judiciais para o Banco de Brasília (BRB).

Para o ministro, a migração da custódia dos valores pode causar um “impacto grave, imediato e substancial à instituição financeira”.

A liminar atende a um pedido do governo do Distrito Federal (DF), controlador do BRB, que alegou que a interrupção do contrato viola o acordo firmado entre o DF e a União para socorrer o banco.

A decisão será submetida a referendo da Segunda Turma do STF em julgamento no plenário virtual, entre 4 e 14 de setembro.

O contrato se encerra-

ria nesta quarta-feira, 26, mas previa a possibilidade de prorrogação por mais 12 meses.

Às vésperas do término do acordo com o BRB, porém, o TJ-BA firmou contrato emergencial para que a Caixa Econômica Federal assumisse a gestão dos novos

depósitos judiciais.

O BRB sustentou ao Supremo que recebe cerca de R\$ 395 milhões mensais em novos depósitos judiciais e que a substituição comprometeria a estabilidade financeira da instituição.

Risco à capitalização

Para Fux, a “contratação emergencial da Caixa Econômica Federal”, enquanto ainda estão pendentes os trâmites para a contratação regular do sucessor da operação, representa “enorme risco” para as medidas em curso destinadas à capita-

lização do BRB no âmbito do acordo homologado pela Corte.

Fux ainda ressaltou que a eficácia da liminar está condicionada à continuidade das medidas a cargo do BRB e do DF no âmbito do acordo homologado pela Corte.

O BRB administra cerca de R\$ 30 bilhões em depósitos judiciais de cinco tribunais: Bahia, Distrito Federal, Alagoas, Paraíba e Maranhão.

A preocupação do governo e do Judiciário é que o comprometimento da capacidade financeira do banco possa afetar o cumprimento dessas obrigações.

Em maio, Fux homologou um acordo para viabilizar um empréstimo de até R\$ 6,6 bilhões do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para capitalizar o BRB.

A medida foi adotada em meio à crise de liquidez enfrentada pelo banco após o escândalo envolvendo o Banco Master, mas a operação ainda enfrenta entraves.

Antonio Augusto / STF



O ministro Luiz Fux determinou que o contrato do Tribunal de Justiça da Bahia com o BRB seja renovado por 90 dias

Flávio tenta manter vídeo de Lulinha

Processado pelo filho do presidente, senador briga na Justiça para que mídia não seja retirada das redes

Estadão Conteúdo

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) briga na Justiça para manter no ar um vídeo em que “caça” o empresário Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha. O filho do presidente processou o parlamentar por difamação devido a um vídeo gerado por Inteligência Artificial publicado no início

de julho deste ano.

Nas imagens, o senador aparece pilotando uma aeronave militar e recebe a “missão” de localizar Lulinha. Uma voz de IA diz que o “elemento é suspeito de ter roubado milhões de idosos no Brasil”.

Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é alvo de três inquéritos da Polícia Federal por tráfico de influência. Um deles, aliás, foi aberto por causa de sua relação com Roberta Luchsinger e com Antônio Camilo Antunes, o Careca do INSS.

Não há, porém, investigação em curso que aponte Lulinha como autor dos desvios dos aposentados, conforme os próprios advogados afirmaram nos autos do processo.

A defesa de Lulinha argumenta ainda que a “sátira” declarada por Flávio não blinda o conteúdo. Para os advogados, o formato humorístico não pode servir de “salvo-conduto” para divulgar uma acusação falsa contra pessoa identificada.

Os advogados do filho do presidente afirmam que o vídeo de Flávio tem cará-

ter difamatório e pedem a remoção das redes sociais, além da proibição de republicar o conteúdo. Lulinha também quer uma indenização por danos morais de R\$ 10 mil.

Os advogados de Flávio, por sua vez, apresentaram pedido de impugnação classificando o material como uma sátira política. A defesa cita precedentes do Supremo Tribunal Federal (STF) para sustentar que humor e paródia envolvendo figuras públicas não podem ser suprimidos com base no desconforto que causam ao

retratado.

“A expressão (roubado milhões de idosos) integra o exagero retórico próprio do gênero, no qual afirmações categóricas, hipérboles e generalizações constituem recursos estilísticos destinados precisamente a acentuar o efeito cômico e crítico da mensagem”, afirmam os advogados.

Os advogados destacam que o vídeo traz, do início ao fim, um aviso sobreposto à tela: “Este vídeo contém sátira, ficção e elementos de áudio e vídeo gerados por IA”.

Entidades sugerem ao STF fim das férias de 60 dias para juízes

Propostas de representantes da sociedade civil foram apresentados ao Grupo de Estudos do Supremo Tribunal Federal, que debate o aperfeiçoamento do sistema de Justiça

Alejandro Zambrana / STF

Estadão Conteúdo

Na busca pela modernização do sistema de Justiça, o Grupo de Estudos do Supremo Tribunal Federal (STF) coletou sugestões de entidades da sociedade civil que propõem uma série de alterações na rotina forense. Ao todo, foram recebidas 95 contribuições, das quais 87 serão consideradas para debate.

A consulta integra os trabalhos do núcleo, instituído pelo presidente do STF, ministro Edson Fachin. De natureza consultiva, o grupo tem entre suas atribuições fomentar o debate sobre o aperfeiçoamento do sistema de Justiça, sistematizar e analisar propostas apresentadas por instituições e entidades da sociedade civil e elaborar estudos voltados à eficiência jurisdicional, à governança e ao acesso à Justiça.

O sistema de Justiça compreende o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Advocacia Privada e a Defensoria Pública.

Algumas entidades abordam questões sensíveis e tabus para os magistrados, como as férias. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), em vigor há 47 anos, garante aos magistrados dois meses de descanso, além dos períodos de feriados prolongados e recessos de fim de ano, entre outras vantagens.

O Instituto República, por exemplo, sugere vedação de férias superiores a 30 dias. A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná, recomenda férias

de 30 dias para os juízes, sem acúmulo com recesso e conversão em pecúnia excepcional via precatório.

A OAB também pede “competência disciplinar” do Conselho Nacional de Justiça inclusive sobre ministros do STF e residência obrigatória do juiz na comarca, ‘com autorização excepcional fundamentada e temporária’.

Além disso, a Ordem no Paraná quer um Código de Conduta dos Tribunais Superiores, com Manual de Transparência e Conduta Ética para o STF - agenda pública de contatos, transparência de eventos e patrocínios, composição dos gabinetes, revelação prévia de impedimentos, dever bilateral da advocacia, quarentena de ex-assessores e publicidade como regra.

No que se refere à reorganização do sistema de justiça, foram apresentadas propostas envolvendo

AO TODO, FORAM RECEBIDAS 95 CONTRIBUIÇÕES, DAS QUAIS 87 SERÃO CONSIDERADAS PARA DEBATE

a adoção de mandato para ministros do STF e aumento do número de conselheiros do Conselho Nacional de Justiça.

A transformação digital também aparece associada à integração de sistemas e bases de dados, à automação e à interoperabilidade entre instituições.

IA

No campo da inteligência artificial (IA), as propostas abordam temas como trans-

parência, auditabilidade, supervisão humana e proteção dos direitos fundamentais no uso de sistemas automatizados pelo Judiciário.

O STF considera que o volume e a diversidade das contribuições demonstram a importância da participação da sociedade na discussão sobre os caminhos para tornar o sistema de Justiça mais eficiente, acessível e adequado às novas demandas sociais e tecnológicas.

As manifestações mostram atenção tanto a questões relacionadas ao trâmite e à simplificação dos processos quanto à busca de soluções tecnológicas, redução da litigiosidade, inclusão digital, aprimoramento da gestão e uso responsável da IA.

Sobre a reorganização do sistema de justiça, foram apresentadas propostas envolvendo a adoção de mandato para ministros do STF e aumento do número de

conselheiros do CNJ.

A transformação digital também aparece associada à integração de sistemas e bases de dados, à automação e à interoperabilidade entre instituições.

Eixos de modernização

O edital estabeleceu eixos temáticos para orientar as contribuições, entre eles simplificação processual; redução da litigiosidade excessiva; transformação digital; governança da inteligência artificial; modernização das carreiras; modernização da gestão judiciária; fortalecimento da integridade institucional; transparência pública; proteção dos direitos fundamentais; e promoção de maior estabilidade jurídica para o desenvolvimento econômico e social do País.

Há sugestões relacionadas à formação e aplicação de precedentes, prevenção de conflitos e soluções consensuais, acessibilidade e inclusão digital, aperfeiçoamento de fluxos processuais, integração tecnológica, gestão de acervos, transparência, proteção de grupos vulneráveis e desenvolvimento de parâmetros para o uso da IA.

A análise das contribuições abre uma nova fase dos trabalhos. De acordo com o edital, depois da coleta e da publicização das propostas, caberá ao Grupo de Estudos promover a análise e os debates sobre o material, elaborar um texto com os resultados do trabalho e encaminhá-lo ao presidente do STF.

Segundo o STF, a iniciativa busca reunir subsídios para tornar o sistema de Justiça ‘mais justo, eficiente, transparente e acessível à população, com governança reforçada e baixo ou nulo impacto fiscal’.



Também foram apresentadas propostas envolvendo a adoção de mandato para ministros do STF e aumento do número de conselheiros do CNJ

JUSTIÇA | Opinião



THIAGO BENITO ROBLES
Advogado especialista em Direito Portuário, sócio
na Advocacia Ruy de Mello Miller e professor universitário
opinio@portalbenews.com.br

► DIREITO

A negociação coletiva como instrumento de governança nas relações de trabalho

A Portaria MTE nº 1.316, publicada em 21 de julho de 2026, encerra um ciclo de mais de três anos de indefinição regulatória sobre o trabalho em feriados no comércio, ao revogar a redação anterior da Portaria 671/2021 e restabelecer que boa parte das atividades comerciais só pode funcionar em feriados mediante previsão expressa em convenção coletiva de trabalho, o que atinge supermercados, hipermercados, lojas em geral, atacadistas, distribuidores e revendedores de veículos, mantendo autorização permanente apenas para um grupo reduzido de atividades consideradas essenciais, como farmácias, postos de combustível e hotelaria.

O episódio, técnico e setorial à primeira vista, revela um movimento que já vinha se desenhando nas relações de trabalho no Brasil, no qual a negociação coletiva deixa de ser tratada como etapa formal a ser cumprida no último momento e passa a ocupar posição central na estratégia de gestão de riscos das empresas.

Essa exigência não nasceu em 2026, já que está prevista desde 2007 no artigo 6º-A da Lei nº 10.101/2000, que condiciona o trabalho em feriados à autorização negociada entre sindicatos patronais e profissionais, comando que a Portaria 671/2021 havia contrariado ao ampliar por via administrativa a autorização permanente, distorção que a Portaria 3.665/2023 tentou corrigir sem nunca produzir efeitos práticos, em razão de sucessivos adiamentos ao longo de quase três anos, até que a Portaria 1.316/2026 consolidasse o retorno à legalidade que a própria lei já determinava.

O fundamento constitucional dessa exigência remonta a 1988, quando o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal reconheceu as convenções e os acordos coletivos de trabalho como direito fundamental dos trabalhadores, base sobre a qual o Tribunal Superior do Trabalho construiu o princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva, segundo o qual os instrumentos negociados têm poder próprio de criar norma jurídica em harmonia com

a legislação estatal, entendimento que o Supremo Tribunal Federal reafirmou ao julgar o Tema 1.046, prestigiando a autonomia coletiva da vontade como mecanismo legítimo de autocomposição dos conflitos trabalhistas, de modo que a Portaria 1.316/2026 não inova nesse plano, apenas realinha a disciplina administrativa ao que a Constituição e a jurisprudência já haviam consolidado.

Para as empresas alcançadas pela nova exigência, a abertura em feriados deixa de depender apenas de decisão comercial e passa a exigir capacidade de antecipar negociações, acompanhar o ambiente sindical de cada base territorial e formalizar soluções seguras antes que a necessidade se torne urgente, considerando que funcionar sem previsão em convenção coletiva expõe a empresa a autuação administrativa, ao pagamento em dobro do dia trabalhado e a questionamentos em reclamações trabalhistas individuais ou coletivas.

Esse cenário se conecta a um movimento que atravessa outras frentes da regulação trabalhista recente, da política de valorização do salário mínimo à agenda de gestão de riscos psicossociais trazida pela atualização da NR-1, e em todas essas frentes a negociação coletiva aparece como o instrumento que permite às empresas antecipar cenários, reduzir passivos e construir soluções negociadas antes que a fiscalização ou o Judiciário as imponham.

A lição que a Portaria 1.316/2026 deixa para o empresariado vale para qualquer setor, porque a segurança jurídica não se resume a estar em conformidade com a norma vigente em determinado momento, mas depende da capacidade de manter diálogo contínuo com as entidades representativas dos trabalhadores, tratando a relação sindical como parte permanente da governança corporativa, e não como formalidade acionada apenas quando o conflito já está posto, o que confirma a função da negociação coletiva na ordem constitucional de 1988, não como concessão do legislador, mas como mecanismo democrático de autocomposição que fortalece, ao mesmo tempo, a proteção do trabalhador e a previsibilidade da atividade econômica.

Thiago Benito Robles escreve quinzenalmente para o BE News

PARA AS EMPRESAS ALCANÇADAS PELA NOVA EXIGÊNCIA, A ABERTURA EM FERIADOS DEIXA DE DEPENDER APENAS DE DECISÃO COMERCIAL E PASSA A EXIGIR CAPACIDADE DE ANTECIPAR NEGOCIAÇÕES, ACOMPANHAR O AMBIENTE SINDICAL DE CADA BASE TERRITORIAL E FORMALIZAR SOLUÇÕES SEGURAS ANTES QUE A NECESSIDADE SE TORNE URGENTE

INTERNACIONAL

Ao menos 160 morrem em inundações na fronteira Nepal-China

Equipes de resgate continuam trabalhando intensamente na área de montanhas. No lado nepalês, há mais de 570 desaparecidos, enquanto os chinesas buscam por 265 pessoas

Reprodução / Redes Sociais

Estadão Conteúdo

O número de mortos das inundações repentinas de grandes proporções que atingiram uma área de fronteira entre o Nepal e a China na quarta-feira subiu para pelo menos 160, enquanto as autoridades ainda tentavam localizar centenas de desaparecidos.

Especialistas afirmaram que uma avalanche de uma geleira foi a causa provável na região do Himalaia, que está passando por um período de aquecimento global.

A polícia do Nepal relatou pelo menos 157 mortos. A emissora estatal chinesa CCTV informou pelo menos três mortos e 265 desaparecidos no condado de Gyirong, na região do Tibete, perto da fronteira. Imagens de drones mostraram estradas destruídas e prédios soterrados por águas turbulentas da cor de cimento molhado. A agência de notícias estatal chinesa Xinhua relatou um número



A inundação pode ter sido provocada por uma avalanche de gelo que caiu no rio Lhende, mas a causa exata ainda será determinada

significativo de vítimas.

Autoridades do Nepal informaram que 570 pessoas, incluindo 341 estrangeiros, foram dadas como desaparecidas. Sunil Sharma, porta-voz da agência de turismo, disse que 133 eram indianos em peregrinação ao Monte Kailash, no Tibete, um local sagrado para os hindus.

Também estavam desaparecidos 47 americanos, 34 australianos, 33 britânicos e

24 canadenses, acrescentou. O Departamento de Estado dos EUA afirmou estar ciente dos americanos afetados.

Pelo menos 62 cidadãos nepaleses desaparecidos estavam entre as centenas de moradores locais que faziam trekking na área do Lago Gosaikunda, no distrito de Rasuwa, duramente atingido pela tempestade e na fronteira com Gyirong, no Tibete, coincidindo com o festi-

val local de Janai Purnima na sexta-feira, disse Sharma.

Embora a atual temporada de monções seja menos favorável para trekking no Nepal, é uma época importante para o trekking do Kailash, que segue a rota no distrito de Rasuwa, no Nepal.

Rota popular

A inundação atingiu Syabrubesi, ponto de partida da

popular rota de “trekking” de Langtang, assim como outras áreas usadas por viajantes na peregrinação hindu até Kailash Mansarovar.

O Exército do país, situado na cordilheira do Himalaia, anunciou a mobilização de 14 helicópteros e equipes de resgate para apoiar os trabalhos. “As inundações são grandes e podem ter afetado muitas áreas habitadas”, declarou Kafle à AFP. Os danos ainda estão sendo avaliados, acrescentou.

Avalanche de gelo

A inundação pode ter sido provocada por uma avalanche de gelo “que caiu no rio Lhende, mas a causa exata ainda será determinada”, declarou Qianggong Zhang, cientista do Centro Internacional para o Desenvolvimento Integrado da Montanha (ICIMOD), com sede em Katmandu.

No vizinho Tibete, do lado chinês da fronteira, um deslizamento de terra procedente do Nepal deixou “muitas vítimas e desaparecidos no Porto Gyirong”, informou o canal público chinês CCTV.

Colômbia tem tremor de magnitude 4,9

Novo sismo acontece duas semanas após o país ser devastado por forte terremoto

Estadão Conteúdo

Um sismo de magnitude 4,9 sacudiu na quarta-feira, 26, várias cidades do noroeste da Colômbia sem danos relatados imediatamente, mas gerou incerteza na população após um devastador terremoto registrado há mais de duas semanas.

O Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS, na sigla em inglês) indicou que o sismo ocorreu às 11h45 locais (13h45 de Brasília) e teve epicentro no município de Jordán, no departamento de Santander, a uma profundidade de 159 quilômetros.

As autoridades não relataram vítimas e a presidência informou que mantinha comunicação com os organismos de gestão de riscos para verificar possíveis afetações.

Em Bucaramanga, capital de Santander, e em Bogotá, vários edifícios foram evacuados como medida preventiva após soarem os alarmes, segundo publicaram nas redes sociais habitantes dessa cidade.

A Colômbia ainda se recupera do terremoto de magnitude 7,4 de 10 de agosto, o maior registrado até agora neste século, que tirou a vida de mais de 330 pessoas e afetou a infraestrutura em 16 departamentos.

O país busca atender aos mais de 100.000 desabrigados do terremoto e reconstruir milhares de residências, centros médicos e estradas, para o que o presidente Abelardo de la Espriella declarou emergência econômica, buscando arrecadar impostos temporários para enfrentar a emergência.

A Unidade Nacional para a Gestão do Risco de Desastres (UNGRD) afirmou que mais de 4 mil pessoas ficaram feridas e que cerca

de 260 continuam desaparecidas. Ao todo, mais de 272 mil pessoas foram afetadas pelo tremor em 476 cidades. Também foram resgatados 549 animais.

Em relação aos danos à infraestrutura, a UNGRD informou que mais de 151 mil casas foram danificadas e 30 mil foram destruídas. Além disso, 302 edifícios colapsaram.

O terremoto ocorreu a cerca de 100 quilômetros de profundidade, com epicentro no oeste do país.

INTERNACIONAL

Meta faz acordo de US\$ 18 bi em ação por vício em redes sociais

Pelos termos do acordo com 48 estados americanos, a Meta fará mudanças abrangentes no Facebook e no Instagram, incluindo um limite de uso diário para menores de 18 anos

Estadão Conteúdo

A Meta Platforms concordou em pagar US\$ 18 bilhões em um acordo com procuradores-gerais de 48 Estados americanos, encerrando um amplo julgamento federal sobre alegações de que suas redes sociais prejudicaram adolescentes.

O desfecho reforça uma mudança de era, ao ampliar a responsabilização legal das empresas de tecnologia pelo impacto e pela operação de suas plataformas.

Pelos termos do acordo, a Meta fará mudanças abrangentes no Facebook e no Instagram, incluindo a adoção de um limite padrão de duas horas diárias de uso dos aplicativos para usuários menores de 18 anos.

Em um arranjo incomum, a Meta pagará inicialmente apenas 70% do valor total, a menos que TikTok e YouTube, controlado pela Alphabet, também concordem em estabelecer um limite padrão de uma hora por dia para usuários me-

nores de idade e em pagar, juntos, cerca de US\$ 5,3 bilhões aos Estados. A Meta só desembolsará os 30% restantes, outros US\$ 5,3 bilhões, se as duas empresas aceitarem essas condições.

O montante será distribuído aos signatários em parcelas anuais ao longo de 10 anos, com base na população de cada Estado. Além dos 48 Estados, o acordo inclui quatro jurisdições dos EUA: Distrito de Columbia, Porto Rico, Samoa Americana e Ilhas Marianas do Norte. Novo México, que moveu uma ação semelhante nesta primavera e venceu, e a Flórida não participam do acordo neste momento.

No Brasil, multa para o TikTok

A Superintendência de Fiscalização da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) multou a Bytedance Brasil - dona do TikTok - em R\$ 153,769 milhões por falhas no tratamento de dados de crianças e adolescentes na plataforma.

Caso a empresa renuncie ao direito de recorrer da decisão, a multa terá um desconto de 25%, caindo para R\$ 115,328 milhões.

A ANPD também determinou que a Bytedance Brasil elimine os dados pessoais de adolescentes entre 13 e 18 anos cadastrados na plataforma, cuja regularização da representação ou assistência legal não seja realizada no prazo de 60 dias úteis - incluindo a comunicação dessa obrigação a terceiros com quem tenha compartilhado essas informações para que procedam à eliminação em suas respectivas bases.

As Infrações identificadas pela ANPD no feed sem cadastro foram as seguintes: 1) Tratar dados pessoais de crianças e adolescentes sem a existência de hipótese legal válida ao permitir o acesso ao feed do TikTok na experiência sem cadastro; 2) Deixar de adotar medidas para prevenir o tratamento de dados pessoais desse público no feed sem cadastro.

Já no feed com cadastro, as infrações foram: 1) Tratar

dados pessoais de crianças e adolescentes para realizar o cadastro no TikTok sem hipótese legal válida; 2) Deixar de adotar medidas eficazes para prevenir o cadastro desse público na plataforma.

Nas experiências com e sem cadastro, a infração identificada foi deixar de demonstrar medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento de normas de proteção de dados.

Divulgação / Meta



Com o acordo, foi encerrado um amplo julgamento federal contra a Meta, sob alegações de que suas redes sociais prejudicaram adolescentes

Irã aciona ONU contra os EUA

Ministro das Relações Exteriores pediu que a organização condene o “terrorismo econômico”

Estadão Conteúdo

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyyed Abbas Araghchi, enfatizou a responsabilidade “legal e moral” das Nações Unidas diante do que chamou de “terrorismo econômico” dos Estados Unidos, em carta

enviada ao secretário-geral da ONU, António Guterres. Araghchi pediu que a organização e governantes de todos os países condenem a “ação ilegal e criminosa” da administração de Donald Trump nos EUA.

Nesta semana, autoridades americanas anunciaram duras sanções contra o regime persa e pediram que todos os países “escolhessem lados” na guerra do

Oriente Médio e cortassem laços com Teerã, sob ameaça de possível desligamento do sistema financeiro internacional do dólar.

Em sua carta, Araghchi pede que Guterres, o Conselho de Segurança da ONU e todos os países-membros das Nações Unidas posicionem-se sobre a “política de intimidação e terrorismo” dos EUA, que, segundo ele, “desrespeita o multilatera-

lismo e a diplomacia”.

“Depois de fracassarem em alcançar seus objetivos criminosos em duas guerras contra o Irã em 2025 e 2026 ou em incentivar outros países a participarem do conflito, os EUA decidiram forçar Estados soberanos a abandonarem sua ponderada decisão de se abster de participar de um ato de agressão, aplicando pressão e coerção”, acusou.

O ministro iraniano alegou que a ação americana visa estender “extra-territorialmente” a legislação e objetivos da política externa dos EUA a outros países ao forçá-los a alterarem “relações comerciais legítimas”.

“Essas ações são contrárias ao princípio da igualdade soberana consagrado no Artigo 2, parágrafo 1, da Carta da ONU”, disse.